



**GENIS ROCHA NOGUEIRA**

**O COMPORTAMENTO PARTICIPATIVO DOS JOVENS:  
UM ESTUDO COM MOVIMENTOS DA JUVENTUDE E  
ESTUDANTIS**

**LAVRAS-MG**

**2021**

**GENIS ROCHA NOGUEIRA**

**O COMPORTAMENTO PARTICIPATIVO DOS JOVENS:**

**UM ESTUDO COM MOVIMENTOS DA JUVENTUDE E ESTUDANTIS**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

Profa. Dra. Camila Maria Risso Sales

Orientadora

**LAVRAS-MG**

**2021**

**GENIS ROCHA NOGUEIRA**

**O COMPORTAMENTO PARTICIPATIVO DOS JOVENS:  
UM ESTUDO COM MOVIMENTOS DA JUVENTUDE E ESTUDANTIS**

**THE PARTICIPATIVE BEHAVIOR OF YOUNG PEOPLE:  
A STUDY WITH YOUTH AND STUDENT MOVEMENTS**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

APROVADA em 08 de junho de 2021.

Dr. José de Arimatéia Dias Valadão

Profa. Dra. Camila Maria Risso Sales  
Orientadora

**LAVRAS-MG**

**2021**

*Aos meus pais que sempre me criaram com muito amor e me ensinaram a persistir em momentos de adversidade. À minha irmã que sempre me fez sorrir e me apoiou nos momentos mais difíceis. Aos meus tios que sempre acreditam que eu sou capaz de alcançar meus sonhos. Aos meus primos que eu considero como verdadeiros irmãos.*

*Dedico*

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Adriela e Paulo, agradeço por serem pessoas e pais tão maravilhosos, que sempre me incentivaram a ser uma pessoa melhor e a sonhar livremente. Se eu cheguei até aqui, foi graças ao esforço e amor de vocês!

À minha irmã, Rafaela, me sinto imensamente agradecida por poder experienciar cada momento de minha vida ao seu lado. Não me imagino dividindo a barriga da nossa mãe com mais ninguém. Que nossos corações e almas continuem sempre conectados!

Aos meus tios, Isabela, Rômulo, Antônio Augusto e Katia, muito obrigada por sempre me incentivarem em cada etapa da minha vida e por me tratarem como uma filha.

Ao meu primo, Gabriel, agradeço pelos momentos leves e divertidos que passamos juntos, os quais sempre ficarão gravados no meu coração.

À minha prima Isadora, muito obrigada pelo companheirismo e diversão que você sempre me proporcionou. Ter você em minha vida é realmente um presente!

À minha avó, Suely, muito obrigada por sempre fazer eu acreditar que eu posso mais. A confiança que você sempre faz eu ter em mim torna possível eu fazer qualquer coisa.

Aos meus amigos, agradeço pelo apoio e comemorações de todas as minhas conquistas. Se o mundo é mais leve hoje, é por que existem outras pessoas como vocês nele.

Ao meu namorado, João Carlos, por nunca soltar minha mão em momentos de nervosismo e tristeza. Seu amor sempre continuará me dando forças para continuar.

À professora Júlia, que iniciou essa jornada complicada e trabalhosa comigo, obrigada pelas orientações.

À minha orientadora, Camila, obrigada por todo o apoio e auxílio conferido a mim. Que o ambiente universitário continue tendo professoras e professores inspiradores como você.

Ao membro da banca, José de Arimatéia, obrigada por aceitar contribuir mais com este trabalho e participar de um fechamento de uma etapa da minha vida. Sei que a contribuição de você para esse dia tão especial será grandiosa.

Aos jovens Adrielle, Natan, George e Jonas, obrigada por serem exatamente quem são, pessoas corajosas, participativas e questionadoras que ainda proporcionarão muitas mudanças no Brasil. Agradeço todo o apoio dado para a realização desta pesquisa!

*“Eu acredito que a nossa função no mundo é deixá-lo melhor do que os nossos ancestrais nos deixaram.” (LPJ4)*

*“Por que eu acho que começa daí, de saber que pode mudar pequenas coisas. Faz você perceber que pode grandes coisas também.” (MEC1)*

*“É combater o bom combate, se inquietar e participar, que deixar o legado não é brincadeira não, mas todo mundo tem como deixar o seu.” (UJL1)*

*“[...] e eu não posso ignorar o Seu chamado de ajudar o meu povo.” (MIJ3)*

## RESUMO

Esta pesquisa objetiva analisar a percepção de jovens sobre seu ingresso e atuação em movimentos sociais, buscando perceber se ambientes como o familiar, o escolar e o universitário são determinantes para influenciar a juventude a se engajar. Para isso, realizou-se uma pesquisa exploratória no qual elaborou-se um questionário a ser respondido por membros de movimentos de juventude e estudantis que se identificam com diferentes ideologias. Os questionários foram enviados aos jovens de forma online, por meio de whatsapp, o que permitiu que as experiências de interesse dos mesmos para esse trabalho fossem melhor exploradas. Dessa forma, foi possível perceber que há semelhanças e diferenças entre o perfil participativo de cada jovem, com certos fatores ambientais sendo mais suscetíveis de influenciar certas pessoas, do que outras. A forma como os jovens percebem o mundo a sua volta influencia as causas pelas quais eles irão lutar no futuro, não sendo necessário haver pessoas participativas no ambiente familiar ou agentes educacionais no ambiente escolar e universitário para que eles se tornem pessoas engajadas. A leitura e o desenvolvimento do senso crítico foram grandes aliados dos jovens no momento de adquirir comportamentos participativos e escolherem uma ideologia para defender.

**Palavras-chave:** Comportamento participativo. Movimentos de juventude. Movimentos estudantis.

## ABSTRACT

This research aims to analyze the perception of young people about their entry and performance in social movements, seeking to understand whether environments such as family, school and university are decisive to influence youth to engage. For this, an exploratory research was carried out in which a questionnaire was elaborated to be answered by members of youth and student movements that identify with different ideologies. The questionnaires were sent to young people online, via whatsapp, which allowed their experiences of interest to this work to be better explored. In this way, it was possible to perceive that there are similarities and differences between the participative profile of each young person, with certain environmental factors being more susceptible to influence certain people, than others. The way young people perceive the world around them influences the causes for which they will fight in the future, without the need for participatory people in the family environment or educational agents in the school and university environment for them to become engaged people. Reading and the development of critical sense were great allies for young people when it came to acquiring participatory behaviors and choosing an ideology to defend.

**Keyword:** Participatory behavior. Youth Movements. Student Movements.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>7</b>
<b>2.1</b>	<b>Movimentos sociais.....</b>	<b>7</b>
<b>2.1.1</b>	<b>Conceito, teoria e características.....</b>	<b>7</b>
<b>2.1.2</b>	<b>Movimentos sociais no Brasil.....</b>	<b>9</b>
<b>2.1.2.1</b>	<b>Movimentos sociais no período colonial.....</b>	<b>9</b>
<b>2.1.2.2</b>	<b>Movimentos sociais no Brasil império.....</b>	<b>11</b>
<b>2.1.2.3</b>	<b>Movimentos sociais da Primeira República.....</b>	<b>12</b>
<b>2.1.2.4</b>	<b>Movimentos sociais na Era Vargas.....</b>	<b>14</b>
<b>2.1.2.5</b>	<b>Movimentos sociais na República Liberal-Populista(1946-1964).....</b>	<b>17</b>
<b>2.1.2.6</b>	<b>Movimentos sociais na Ditadura Militar.....</b>	<b>18</b>
<b>2.1.2.7</b>	<b>Movimentos sociais no período de pós-democratização do século XX.....</b>	<b>21</b>
<b>2.1.2.8</b>	<b>Movimentos sociais do século XXI.....</b>	<b>23</b>
<b>2.2</b>	<b>Movimentos de juventude.....</b>	<b>25</b>
<b>2.2.1</b>	<b>Juventude e teorias da juventude.....</b>	<b>26</b>
<b>2.2.2</b>	<b>Os movimentos de juventude na história.....</b>	<b>27</b>
<b>2.3</b>	<b>Movimentos estudantis.....</b>	<b>29</b>
<b>2.3.1</b>	<b>Características, particularidades e aproximações com os demais movimentos.....</b>	<b>29</b>
<b>2.3.2</b>	<b>Movimentos estudantis no Brasil: uma retomada histórica.....</b>	<b>30</b>
<b>2.3.2.1</b>	<b>O movimento abolicionista no Brasil Império.....</b>	<b>30</b>
<b>2.3.2.2</b>	<b>A inconstância da força estudantil na República Velha e no período anterior ao Estado Novo.....</b>	<b>31</b>
<b>2.3.2.3</b>	<b>Criação da UNE e o início da atuação organizada do movimento estudantil.....</b>	<b>32</b>
<b>2.3.2.4</b>	<b>O movimento estudantil na ditadura militar.....</b>	<b>33</b>
<b>2.3.2.4.1</b>	<b>A primeira fase.....</b>	<b>33</b>
<b>2.3.2.4.2</b>	<b>A segunda fase.....</b>	<b>34</b>
<b>2.3.2.4.3</b>	<b>A terceira fase.....</b>	<b>34</b>
<b>2.3.2.4</b>	<b>Movimento estudantil contemporâneo.....</b>	<b>35</b>
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>38</b>
<b>3.1</b>	<b>Abordando os movimentos de juventude e estudantis entrevistados.....</b>	<b>39</b>

3.2	O questionário.....	39
3.3	A análise de dados.....	40
4	<b>APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>42</b>
4.1	Os movimentos estudantis e de juventude.....	42
4.2	Caracterizando os movimentos de juventude e estudantis da pesquisa.....	43
4.2.1	Os jovens dos movimentos.....	43
4.2.2	Os movimentos.....	43
4.2.2.1	Levante Popular da Juventude.....	44
4.2.2.2	Movimento Estudantil Correnteza.....	45
4.2.2.3	União da Juventude Livre.....	45
4.2.2.4	Movimento de Juventude da Frente Integralista Brasileira.....	46
4.2.2.5	Situando as lutas dos movimentos na concepção “direita e esquerda”.....	47
4.3	Os primeiros contatos com os movimentos sociais.....	48
4.4	O papel do ambiente escolar no comportamento participativo dos jovens.....	51
4.5	O papel do ambiente universitário no comportamento participativo dos jovens.....	53
4.6	Influência familiar e comportamento participativo.....	55
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>58</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>60</b>
	<b>APÊNDICE A – Questionário.....</b>	<b>66</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A participação é um tema que está intimamente relacionado às dinâmicas da democracia, podendo esta ser do tipo representativa, direta ou participativa. A concepção representativa é caracterizada pelo seu caráter indireto, com a população escolhendo representantes que terão poder para tomar decisões referentes à causa pública (DELLA PORTA, 2003, p. 86). Em contrapartida, a democracia direta é vista como um processo complexo que funciona como um mecanismo de controle para os cidadãos, não sendo ela somente definida como votos periódicos de indivíduos que permitirão a prevalência da vontade da maioria sobre os assuntos públicos (ALTMAN, 2011, p. 2).

Já a democracia participativa pode ser vista como um instrumento de soberania da população que permite o alcance dos direitos fundamentais (principalmente os de terceira e quarta geração). Sua prática proporciona a concretização dos processos de desenvolvimento e o aprofundamento da democracia (BONAVIDES, 2001, p. 35). Desse modo, as atividades de uma democracia participativa visam incluir os cidadãos nos processos de tomada de decisão e deliberar sobre várias temáticas relevantes para a causa pública. Esse processo deve ser realizado por meio de desenhos institucionais diferentes e passíveis de modificação (GASPARDO, 2018).

A partir dos anos 1990, com a ocorrência de reformas da administração pública na América Latina, houve um fortalecimento da democracia participativa. Este fortalecimento oportunizou a inserção da participação social como um princípio que orientaria os processos democráticos nessas localidades. Nesse contexto, a participação social passou a ser utilizada como referência à “prática de inclusão dos cidadãos e das Organizações da Sociedade Civil no processo decisório de algumas políticas públicas” (MILANI, 2008, p. 554).

Mas esse fortalecimento da democracia participativa, no caso brasileiro, só foi possível devido à sua institucionalização na Constituição Federal de 1988. Nela, previa-se a existência de vários canais de participação social que estavam relacionados ao âmbito federal e local. Isso permitiu que se concretizasse a descentralização e a democratização da gestão de várias políticas públicas, bem como oportunizou-se a possibilidade de surgimento de uma nova cultura política no Brasil (SILVA, 2008).

Assim, a participação social (ou política, como também é chamada) passou a se desenvolver e a se subdividir em várias modalidades, que se diferenciavam de acordo com os grupos sociais que as compunham. Essas modalidades podiam se encaixar em um tipo de participação convencional ou não convencional. A convencional, segundo Milbrath (1965, p.

18, apud DELLA PORTA, 2003, p.87) engloba ações como: votar, financiar um partido ou candidato, assistir uma assembleia política, participar de uma campanha política, entre outras. Enquanto isso, a não convencional foi exemplificada por Dalton (1988, apud DELLA PORTA, 2003, p. 92) como: aderir a um boicote, ocupar espaços públicos, assinar petição, entre outros.

Com a Constituição Federal de 1988 prevendo a participação da sociedade em várias áreas consideradas estratégicas, certos canais de consulta foram se institucionalizando e adquirindo cada vez mais importância. Dentre eles estão os conselhos gestores de políticas públicas, que podem abranger desde o âmbito municipal até o federal. Esse canal possui dois efeitos desejados, que podem ser traduzidos pela “racionalização de políticas e pela inclusão de grupos afetados” por elas (GURZA LAVALLE; BARONE, 2015). O incentivo da participação voluntária da população nesses conselhos, bem como a existência de conselheiros diversificados que consigam garantir representatividade aos mais variados grupos sociais, oportuniza que este canal de participação social ofereça uma gestão democrática das políticas públicas (GOMES, 2015).

Além dos conselhos gestores, outra alternativa participativa se popularizou no período pós-constituição, sendo ela o orçamento participativo. Este se caracteriza por ser uma política de âmbito local que permite a negociação e a deliberação de assuntos da esfera pública pelos mais variados atores sociais. As decisões a serem tomadas no processo condizem com as escolhas da maioria dos participantes da política (AVRITZER, 2002, p.573). Atualmente, o orçamento participativo passou por um processo de inovação ao ser realizado de forma digital, utilizando-se da internet e outras Tecnologias de Informação para atingir um maior público em consultas e votações (JULIETTE BEST et al., 2010).

Um outro modo possível da população influenciar as decisões de políticas públicas é por meio dos movimentos sociais, que fazem parte da história do país desde bem antes da promulgação da Constituição de 1988. De acordo com Gohn (1997, p. 12), na maioria das vezes, esses movimentos atuam “questionando estas estruturas (sociais) e propondo novas formas de organização à sociedade política”. Eles podem estar relacionados a vários eixos temáticos, que possuem demandas e linhas de ação diferentes (GOHN, 2010, p. 43).

Conforme as formas de participação social foram se desenvolvendo e inovando, vários autores iniciaram questionamentos acerca de quais são os elementos determinantes que fazem com que um cidadão participe em benefício de uma causa pública. Nesse contexto, Della Porta (2003, p. 96) identificou que a criação de identidades coletivas é essencial para a participação política, já que um indivíduo se mobiliza por maiores direitos de uma determinada classe ao se sentir pertencente a ela. Porém, a participação e a construção de identidade possuem uma

relação de reciprocidade, já que a primeira também consegue reforçar o sentimento de pertencimento a um grupo específico por parte do indivíduo.

Um estudo realizado por Martins e Bermejo (2018), ressaltou a importância da interação direta dos agentes públicos com os cidadãos, bem como da comodidade e do feedback para o incentivo a um comportamento participativo. Percebeu-se que estes se interessam por conhecer qual a possibilidade de aplicação das ideias sugeridas pela sociedade civil, bem como pelo reconhecimento dessas mesmas ideias pelo setor público.

Nesse contexto, o incentivo a participação e inclusão dos cidadãos em movimentos sociais torna-se importante, já que esses movimentos são essenciais para a consolidação democrática. Isso ocorre pelo fato deles possibilitarem que indivíduos dos mais diversos grupos e classes sociais se organizem com outras pessoas para reivindicar elementos acerca de problemáticas que consideram importantes de serem resolvidas (LORENCENA; GONZATTI, 2018).

Dentre os movimentos sociais mais impactantes para a história política do país, estão os movimentos de juventude, sobretudo os movimentos estudantis. Estes se fortaleceram em um ambiente que, segundo Faleiros (2015, p. 16), se orienta “pela busca do conhecimento crítico e de sua imbricação/implicação social”: a universidade. As dinâmicas que a compõe envolvem lutas e disputas diversas, que podem ter como fim uma reivindicação sindical, corporativa e ideológica, ou mesmo uma reivindicação social.

E através das disputas existentes nesse campo educacional/universitário e das lutas existentes em um contexto nacional mais amplo, os movimentos estudantis entraram em um constante processo de desenvolvimento. Isso oportunizou que eles, neste século, começassem a incluir várias temáticas diferentes em suas pautas, como questões relacionadas à: ética da sociedade brasileira, infraestrutura das universidades, elementos étnico-raciais, inclusão social, entre outras (GOHN, 2010, p. 67).

A partir disso, percebendo-se a importância da participação social e dos movimentos sociais para o desenvolvimento da história e das dinâmicas de um país, procura-se responder a seguinte pergunta: como os jovens adquirem um comportamento participativo? Assim, esse trabalho possui como objetivo geral analisar o que influencia os jovens que participam de movimentos de juventude e estudantis a se engajarem em uma luta social ou política, ou seja, perceber quais experiências e elementos os motivam a se inserir em movimentos sociais e outros canais de participação social. Com isso, tem-se como objetivos específicos realizar um resgate histórico dos movimentos sociais no Brasil, perceber se e como o ambiente educacional, o

universitário e o familiar estimulam o comportamento participativo dos jovens, bem como descobrir maneiras de incentivar a participação dos jovens nos mais variados ambientes.

Para que os objetivos específicos e o geral sejam atingidos, foram entrevistados jovens pertencentes a movimentos de juventude e estudantis, de forma a entender como eles adquiriram um comportamento participativo e quais suas principais influências. Os movimentos de juventude entrevistados foram: Levante Popular da Juventude, Movimento Estudantil Correnteza, União da Juventude Livre e Movimento de Juventude da Frente Integralista Brasileira.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Movimentos sociais**

Os movimentos sociais fazem parte de uma dinâmica complexa, necessitando de maior atenção e detalhamento dos elementos que o compõe. As próximas sessões possuem a preocupação de ilustrar as teorias e características que perpassam essa temática, bem como os movimentos sociais podem ser conceituados. Além disso, realizou-se uma retomada histórica dos movimentos sociais no Brasil, a qual possibilita a percepção de que eles sempre estiveram presentes nas dinâmicas de construção do próprio país.

#### **2.1.1 Conceito, teorias e características**

A temática dos movimentos sociais foi amplamente discutida e fundamentada ao longo dos anos, buscando a formulação de sua definição e a percepção de suas características. Porém, devido às dinâmicas distintas concernentes a cada período em que esses movimentos tiveram enfoque, bem como às particularidades teóricas de cada autor empenhado no estudo do tema, essa temática se provou complexa e de difícil consenso.

De acordo com Gohn (2013, p. 141), os movimentos sociais são entendidos por ela como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”. Eles realizam ações que objetivam perceber os elementos que compõem a realidade social, bem como a problematização de possíveis propostas que poderiam alterá-la e melhorá-la. Tudo isso é realizado tendo os atores da sociedade civil como os protagonistas da mudança.

Na década de 1970, três teorias dominantes surgiram para explicar as dinâmicas dos movimentos sociais, sendo elas: Teoria de Mobilização de Recursos, Teoria do Processo Político e Teoria dos Novos Movimentos Sociais. A primeira teoria ressaltava a racionalidade dos movimentos sociais, sendo estes caracterizados por possuírem sentido e organização, com a ação coletiva só sendo possível mediante a existência de recursos materiais, humanos e de organização para dar base ao movimento. Nesse contexto, a decisão do indivíduo de participar ocorre mediante a realização de um cálculo racional entre benefícios e custos (MCCARTHY; ZALD, 1977 apud ALONSO, 2009).

A segunda teoria, conhecida como Teoria do Processo Político, foi elaborada ressaltando a importância das dimensões política e histórico-cultural para a emergência dos

movimentos sociais. De acordo com ela, o surgimento de uma mobilização coletiva depende da ocorrência de processos de mudança na estrutura de oportunidades políticas, que oportunizam o surgimento de novos canais de expressão de demandas para os diversos grupos sociais. Assim, os movimentos buscam influenciar o governo vigente e conseguir acessar recursos de uma entidade política (TILLY, 1975 apud ALONSO, 2009).

Já a Teoria dos Novos Movimentos Sociais confere centralidade à dimensão cultural dos movimentos sociais, bem como nega a utilização da corrente marxista para explicar a ação coletiva. Nessa teoria, as formas de se ver o indivíduo e a política se alteram, com eles sendo vistos, respectivamente, como atores sociais e uma dimensão da vida social (GOHN, 1997, p. 121).

Touraine (1989, apud ALONSO, 2009) afirmou que após os anos 1960 a indústria e o trabalho perderam a centralidade que possuíam na sociedade, gerando uma sociedade programada ou pós-industrial. As novas mobilizações que surgiram nesse período se preocupavam em defender novas formas de vida, tendo os movimentos feministas e ambientalistas como principais exemplos.

Após a formulação dessas teorias, diversos autores passaram a se preocupar com questões relacionadas a classificação dos movimentos sociais. Uma dessas classificações foi formulada por meio da observação da realidade brasileira, criando categorias que englobam movimentos que possuem um mesmo tipo de motivação para sua existência. No total, os movimentos sociais do Brasil foram subdivididos em quatro segmentos por Peruzzo (2013), sendo eles:

- 1) Movimentos vinculados a melhorias de condições de trabalho e de remuneração;
- 2) Os que defendem os direitos humanos relativos a segmentos sociais a partir de determinadas características de natureza humana;
- 3) Aqueles voltados a resolver problemas decorrentes das desigualdades que afetam grandes contingentes populacionais; e
- 4) Movimentos político-ideológicos.

Após a realização de um mapeamento dos movimentos sociais, Gohn (2010, p.44) conseguiu perceber dez eixos temáticos que poderiam fazer parte de uma classificação desses movimentos. Alguns deles foram muito estudados pela literatura, enquanto outros precisam de um maior aprofundamento. Os eixos temáticos identificados foram:

- 1) Movimentos sociais ao redor da questão urbana;
- 2) Movimentos em torno da questão do meio ambiente;
- 3) Movimentos identitários e culturais;



- 4) Movimentos de demandas na área do direito;
- 5) Movimentos ao redor da questão da fome;
- 6) Mobilizações e movimentos sociais relacionados a área do trabalho;
- 7) Movimentos decorrentes de questões religiosas;
- 8) Mobilizações e movimentos rurais;
- 9) Movimentos sociais no setor de comunicações; e
- 10) Movimentos sociais globais.

### **2.1.2 Movimentos sociais no Brasil**

O Brasil passou por vários momentos históricos que propiciaram o surgimento de vários movimentos sociais, sendo eles compostos pelos mais variados tipos de pessoas e possuindo diferentes tipos de reivindicações. Os primeiros movimentos sociais do Brasil ocorreram no período colonial, iniciando uma prática de manifestações e reivindicações que perduram até hoje. Assim, as próximas sessões objetivam realizar uma retomada histórica dos principais movimentos contidos em cada período do país.

#### **2.1.2.1 Movimentos sociais no período colonial**

Após a chegada dos portugueses às terras que viriam a ser conhecidas como Brasil, houve o desenvolvimento de relações amigáveis com os habitantes nativos desse novo território. Porém, com o fim dessas relações, os portugueses começaram a forçar os nativos a trabalhar, ocasionando a propagação de várias rebeliões indígenas. Estas aconteceram devido à imposição do trabalho escravo, bem como por efeito às diferenças culturais de ambos os atores, com os portugueses tendo uma mentalidade voltada para o lucro e os indígenas para a satisfação imediata de necessidades (MESGRAVIS, 2015, p.17).

Uma das revoltas indígenas mais conhecidas ocorreu na Capitania de São Vicente em 1562, ficando conhecida como Confederação de Tamoios. Nela, indígenas tamoios se uniram a invasores franceses para atacarem a capitania hereditária governada por Martim Afonso de Sousa. Posteriormente, essa revolta foi pacificada após a intervenção dos jesuítas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta (VIANNA, 1977, p.74).

Como a população nativa não era suficiente para realizar o trabalho pretendido e com os índios se tornando cada vez mais difíceis de serem controlados, os portugueses buscaram alternativas para substituir essa mão de obra. O tráfico de africanos escravizados acabou se

tornando a alternativa escolhida, se encaixando nos interesses comerciais da Coroa Portuguesa. Porém, esses indivíduos muitas vezes não aceitavam sua nova condição de forma submissa, criando vários quilombos e rebeliões que lutavam por liberdade e condições humanas de se viver (PINSKY, 2010).

Muitos movimentos no período colonial possuíam o objetivo de se libertar de algum tipo de dominação. Isso pode ser observado ao analisar as revoltas dos indígenas e negros escravizados, que objetivavam superar a condição a qual foram impostos e a dominação exercida pelos “senhores”. Porém, com o tempo começaram a surgir movimentos diferentes que tinham um caráter separatista, havendo indivíduos que pretendiam superar a própria dominação portuguesa. Dois desses movimentos se destacaram entre os demais, sendo eles: a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana.

A Inconfidência Mineira, datada de 1789, foi um movimento influenciado por elementos externos e internos à colônia. Externamente, a independência dos Estados Unidos e o contato com o iluminismo por alguns brasileiros que estudavam na Europa foram determinantes para o surgimento de ideias separatistas envolvendo a colônia e Portugal. Essas ideias foram se tornando mais fortes com a insatisfação mineira em relação ao crescente controle do governo português sobre a capitania, que tinha que pagar impostos altos mesmo com a decadência da mineração de ouro. Embora esse movimento não tenha conseguido atingir seus objetivos, ele foi de extrema importância para o pensamento separatista (VIANNA, 1977, p. 332-333).

Assim como a Inconfidência Mineira, a Conjuração Baiana também possuía reivindicações de caráter libertador. Mas, enquanto a primeira foi organizada principalmente por intelectuais, sacerdotes e ricos proprietários, a segunda foi composta por pessoas do povo, alfaiates e soldados, sendo todos mulatos. Assim, eles passaram a realizar reivindicações acerca do fim da escravidão, bem como reivindicações acerca de assuntos como liberdade, igualdade e o estabelecimento de uma república (VIANNA, 1977, p. 338-340).

O último movimento que ocorreu antes da “Independência do Brasil” foi a Revolução Pernambucana de 1817. Nela, o descontentamento dos residentes da colônia se intensificou devido ao maior controle sobre as províncias, que ocorreu principalmente em relação às questões de cobrança e arrecadação de impostos. Mas o estopim desse descontentamento se deu com a ocorrência de acordos entre Portugal e Inglaterra que prejudicavam a produção e comercialização do algodão no Nordeste. Buscando maiores liberdades, o movimento começou a defender ideias separatistas, instaurando uma república que durou apenas 75 dias (COSTA, 2016).

### 2.1.2.2 Movimentos sociais no Brasil império

Com a vinda da família real para o Brasil em 1808, o território começou a ganhar um maior status, sendo elevado a Reino Unido aos de Portugal e Algarves no ano de 1815. Posteriormente, em 1822, foi proclamada a independência do Brasil, ocorrendo a separação efetiva de Portugal e a instituição de uma monarquia. O movimento pró-independência é considerado de caráter coletivo, já que a própria Corte de Lisboa e vários brasileiros partidários agiram de forma a contribuir para a autonomia do território (VIANNA, 1977, 407-408).

Dois anos após a Proclamação da Independência, D. Pedro I outorgou a primeira constituição do país. Nela era estabelecida uma monarquia constitucional, bem como o reconhecimento dos direitos individuais e a eleição de representantes que comporiam uma assembleia e elaborariam as leis. A Constituição de 1824 também tinha em seu conteúdo a criação de um poder moderador que ficaria nas mãos do imperador. Também foi prevista a nomeação de um presidente para governar cada província, sendo que suas deliberações deveriam ser aprovadas pela Assembleia Geral (DOLHNIKOFF, 2017, p. 40).

Essa nova constituição gerou insatisfação em alguns meios sociais, como ocorreu em Pernambuco. Lá, a camada composta por pessoas financeiramente privilegiadas teve apoio das camadas menos favorecida de homens livres, originando uma revolta armada que eclodiu em 1824. Esse movimento foi conhecido como Confederação do Equador, que defendia a separação de Pernambuco e algumas outras províncias próximas do império. Eles pretendiam adotar a república como forma de governo e se tornar uma confederação que proveria alto grau de autonomia para seus componentes (DOLHNIKOFF, 2017, p. 41).

Entre 1831 e 1840, o país passaria por um período regencial, com o governo não podendo ser caracterizado totalmente como uma monarquia, nem mesmo como república. Insatisfeitos com o não retorno de D. Pedro I ao Brasil, várias revoltas e movimento começaram a surgir reivindicando o fim da monarquia. Entre esses movimentos estão: a Cabanagem (1838-1841), a Balaiada (1837-1838), a Sabinada (1835-1845) e a Guerra dos Farrapos (COSTA 2016).

Apesar de esses movimentos terem o fim da monarquia como objetivo comum, eles se diferenciam substancialmente quanto aos atores que conduziram todos os seus processos. A Cabanagem era composta por vários membros de facções populares, reunindo mestiços e índios. Já a Sabinada é reconhecida por ser dirigida por um único indivíduo que conseguiu mobilizar a tropa local de forma favorável ao movimento. A Guerra dos Farrapos foi caracterizada por ter tido como palco o Rio Grande do Sul, sendo que nela haviam dois grupos que lutavam pelo

poder, com um deles defendendo a monarquia tradicional e o outro defendendo a República (VIANNA, 1977).

Em 1848 eclodiu um dos últimos movimentos sociais do período imperial brasileiro: a Revolta Praieira. Inicialmente, o período era marcado por disputas entre os partidos com ideologias conservadoras e os com ideologias liberais. Quando esses últimos não conseguiram eleger muitos representantes para a Assembleia Provincial, realizou-se uma rebelião contra o discurso conservador e centralizador do outro partido. Nesse processo, os liberais conseguiram certo apoio urbano ao propor medidas vantajosas para certos grupos. Porém, no fim, a rebelião foi contida pelas tropas governistas (DOLHNIKOFF, 2017, p. 96).

### **2.1.2.3 Movimentos sociais da Primeira República**

A Proclamação da República em 1889 foi um marco para a história do país, proporcionando mudanças em relação a como o Estado era conduzido. E de forma a romper com vários preceitos da monarquia, surgiu-se a necessidade de elaborar uma nova constituição. Nesse contexto, vários pensamentos positivistas e liberais passaram a ser discutidos, bem como a possibilidade de eles influenciarem o que seria decidido na Assembleia Constituinte (NAPOLITANO, 2016, p. 23).

Nesse contexto, foi promulgada a Constituição de 1891, que possuía características de cunho liberal. Nela, os estados adquiriram amplas atribuições, inclusive obtiveram maior autoridade fiscal mediante a capacidade de contrair empréstimos internacionais (SOARES, 2015, p. 16). Também houve mudanças no campo eleitoral e religioso, com a nova constituição tornando o voto direto (mas sem possuir um caráter confidencial) e realizando a separação entre Igreja e Estado (NAPOLITANO, 2016, p. 23).

O Marechal Deodoro da Fonseca foi o primeiro presidente eleito no país, assumindo a presidência de novembro de 1889 até sua renúncia em novembro de 1891. Essa renúncia teve como origem a insatisfação gerada pela dissolução do Congresso realizada por Deodoro, que fez com que parte das Forças Armadas ligadas a Floriano Peixoto se unissem à oposição civil. Assim, após o fortalecimento da oposição, o vice Floriano Peixoto assume a presidência (SOARES, 2015, p. 19).

E foi nesse contexto político que eclodiu a Revolta da Armada (1891-1894), que teve como protagonista a Marinha Brasileira. Esta se viu insatisfeita com ambos os governos de Deodoro e Floriano, realizando uma revolta da armada em cada um dos mandatos. A primeira delas exigia a reabertura do Congresso Nacional sob a ameaça de bombardeio do Rio de Janeiro.

Na segunda revolta, a Marinha exigia que novas eleições presidenciais fossem realizadas. Apesar das ameaças e conflitos, o Marechal Floriano Peixoto realizou o enfrentamento desses movimentos (HAAG; GUERELLUS, 2019, p. 38).

Simultaneamente à Revolta da Armada, ocorreu um movimento de oposição ao governo de Floriano Peixoto no Rio Grande do Sul em 1893, denominado Revolução Federalista. Nesse conflito, ideologias positivistas e liberais voltaram a ser debatidas, sendo que os membros do Partido Republicano e do Partido Federalista da região eram os principais atores desse movimento. As milícias armadas foram muito comuns nesse conflito, com cada um dos lados adquirindo apoio de públicos diferentes (SOARES, 2015, p. 20).

Embora os conflitos anteriormente citados tenham sido protagonizados por classes sociais mais privilegiadas, a República Velha também foi marcada por movimentos de classes populares. A Guerra de Canudos (1893-1897) é um movimento que pode exemplificar isso, tendo um público menos favorecido e um líder religioso que criticavam o regime republicano. Essa revolta foi causada por tensões sociais e políticas da localidade, a qual passava por períodos de extrema miséria e tinha uma grande exploração dos homens que trabalhavam no campo (NAPOLITANO, 2016, p. 22).

Outro movimento de caráter popular eclodiu em 1904, tendo como palco a cidade do Rio de Janeiro: a Revolta da Vacina. Nesse período, a população já se encontrava insatisfeita com as mudanças urbanas que estavam sendo realizadas a mando do presidente Rodrigues Alves, que levou pessoas menos favorecidas a serem desalojadas dos cortiços e casebres onde moravam. Assim, quando foi imposta uma vacina obrigatória contra varíola, foi organizado um motim popular para lutar contra as medidas autoritárias que estavam sendo impostas (PORTO, 2003).

Segundo vários historiadores, o desrespeito aos direitos civis se tornou pano de fundo para o desenvolvimento de várias revoltas, como aconteceu com a Revolta da Vacina. Outro movimento influenciado por esse fator - que também aconteceu no Rio de Janeiro, foi a Revolta da Chibata (1910). Esta foi organizada por membros menos favorecidos da Marinha do Brasil, que priorizavam o respeito aos direitos civis, defendendo a liberdade, a segurança pessoal e o direito à propriedade para todos. Os castigos sofridos pelos marinheiros negros por meio de chibatadas também inspiraram reivindicações para a proibição dos açoites (SOARES, 2015, p. 30).

Passados poucos anos da eclosão da Revolta da Vacina, o governo brasileiro teve que se preocupar com dois movimentos de caráter político-religioso, sendo eles: a Revolta de Juazeiro (1914) e a Guerra do Contestado (1912-1916). Ambos foram extremamente

influenciados pelas dinâmicas do novo regime político brasileiro, que proporcionaram transformações no modo de vida das pessoas que levaram certas regiões a ter reações particulares aos acontecimentos do período (HERMANN, 2008, p. 156).

O último grande movimento da Primeira República que marcaria o fim desse período e o início da Era Vargas (ou Nova República) foi a Revolução de 1930. Ela foi uma das consequências do apoio dado a Júlio Prestes pelo presidente Washington Luís, que desejava que o primeiro pudesse sucedê-lo no cargo presidencial. Assim, foi firmado um acordo entre políticos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul chamado de Aliança Liberal. Esta defendia o incentivo à produção de mercadorias diversificadas na economia brasileira (tirando o enfoque do café), bem como uma maior gama de medidas protetivas aos trabalhadores (FAUSTO, 1995, p. 319).

Apesar da realização da Aliança Liberal, Júlio Prestes, o candidato do partido de oposição, vence a eleição no dia 1º de março de 1930. Porém, o assassinato de João Pessoa, candidato a vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas, foi um acontecimento utilizado estrategicamente como o estopim da revolução. Assim, várias ações militares e mobilizações oportunizaram que Vargas tomasse posse da presidência em 3 de novembro de 1930, iniciando a Era Vargas (FAUSTO, 1995, p. 325).

#### **2.1.2.4 Movimentos sociais na Era Vargas**

A Era Vargas é historicamente conhecida por possuir três momentos diferentes: governo provisório (1930-1934), governo constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945). O primeiro desses momentos foi caracterizado por uma maior centralização do aparelho administrativo do governo, com Vargas nomeando interventores que iriam atuar em cada estado do país. Enquanto isso, no campo econômico, o governo optou por realizar políticas que não estivessem mais centralizadas no mercado cafeeiro, criando institutos voltados para o cacau, o açúcar e o álcool (SOARES, 2015, p. 81).

O governo provisório também gerou mudanças no campo eleitoral, sendo criado em 1932 um Código Eleitoral que instituía a Justiça Eleitoral, bem como o voto secreto e direto. Nesse período, o direito ao voto foi ampliado, abrangendo todos os indivíduos com mais de 21 anos e alfabetizados, sendo eles homens ou mulheres. Assim, iniciaram-se várias reformas que atendiam a reivindicações de ordem política e social, que acabaram por trazer apoio popular para o novo presidente (SOARES, 2015, p. 82).

Outra medida implementada pelo novo governo foi a criação do Ministério da Educação e Saúde, objetivando a realização da modernização do ensino. Apesar de muitas medidas educacionais revolucionárias terem sido implementadas, os problemas do ensino popular, de 1º e 2º graus continuaram sendo ignorados. Assim, vários educadores relacionados à Associação Brasileira de Educação organizaram algumas conferências nacionais com o objetivo de dar mais visibilidade para esses problemas, pressionando o governo federal e definindo uma política nacional para a educação. Esse movimento ficou conhecido como o Movimento dos Pioneiros da Educação, tendo até mesmo elaborado um Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (LEMME, 2005).

Embora algumas medidas do novo governo estivessem agradando alguns grupos sociais específicos, como os tenentes, o mesmo não pode ser dito das oligarquias dissidentes da Revolução de 1930. Enquanto estas defendiam a elaboração de uma nova constituição para reajustar a configuração do poder entre as elites, aqueles defendiam uma ditadura que tivesse como base as massas trabalhadoras. Assim, os diferentes interesses e opiniões em relação as medidas a serem adotadas deram origem a novos conflitos (NAPOLITANO, 2016, p. 96).

Algumas tentativas de apaziguar esses conflitos estavam sendo tomadas, até que no dia 23 de maio de 1932 um tiroteio ocorreu na sede do Partido Popular Paulista. Neste evento, quatro jovens morreram, com suas iniciais (MMDC) formando a sigla de um movimento que era contra Getúlio Vargas. Isso gerou um embate entre as tropas do governo e São Paulo, que teve como fim a rendição deste último e o exílio dos líderes mais ligados à causa (NAPOLITANO, 2016, p. 97).

Apesar do governo federal ter conseguido sufocar com sucesso a Revolução Constitucionalista de 1932, ela foi essencial para que a convocação da Assembleia Constituinte se desse de forma mais rápida em maio de 1933. Nesse período, uma bancada classista fazia parte do processo de formação da Constituinte, ocasionando a inclusão de vários atores sociais. Isso ocasionou dificuldades para conciliar interesses diversos, já que haviam indivíduos liberais e antiliberais presentes. Após a conclusão de todo o processo, a Constituição de 1934 foi finalmente promulgada, iniciando assim o governo constitucional da Era Vargas (HAAG; GUERELLUS, 2019, p. 100).

O ano de 1934 foi muito conturbado para o governo federal, já que muitos movimentos sociais estavam eclodindo, principalmente os de operários. Nesse contexto, várias greves passaram a ser realizadas, principalmente entre os setores de transportes, de comunicação e de bancos. Os movimentos antifascistas também ganharam força no período, havendo até mesmo conflitos violentos entre indivíduos de diferentes ideologias. O governo respondeu a esses

movimentos criando uma Lei de Segurança Nacional, a qual foi acusada de reprimir as classes menos favorecidas (FAUSTO, 1995, p. 358).

Simultaneamente aos processos de desenvolvimento da Lei de Segurança Nacional, um outro movimento estava sendo formado, sendo ele a Aliança Nacional Libertadora (1935). Esta foi formulada por indivíduos de orientações comunistas, bem como por tenentes de esquerda. O conteúdo da programação básica dessa aliança era caracterizado por elementos como: a reforma agrária, a garantia das liberdades populares, a formação de um governo popular, entre outros. Todos os participantes desse movimento se opunham à forma como Vargas estava conduzindo o país, defendendo a permanência de um governo “popular, nacional e revolucionário” (FAUSTO, 1995, p. 359).

A Aliança Nacional Libertadora não foi o único movimento de orientação comunista no governo constitucionalista de Vargas, havendo o surgimento de vários levantes comunistas no período. Assim, com as eleições de 1938 se aproximando, Vargas se utilizou desses levantes, bem como do Plano Cohen (o qual alegavam conter um levante comunista para tomar o poder) como um subterfúgio para fechar o Congresso e outorgar uma nova constituição, iniciando a ditadura do Estado Novo (HAAG; GUERELLUS, 2019, p. 103).

Nesse processo, a constituição que foi outorgada por Getúlio em 1937 adquiriu inspirações corporativistas e fascistas (D'ARAÚJO, 2000). Ela centralizou o poder governamental nas mãos do Executivo Federal, estabelecendo que os órgãos do Poder Legislativo permanecessem fechados por um tempo indeterminado. O Presidente também ganhou o poder de nomear interventores para os estados, caso ele não concordasse com os governadores eleitos (SOARES, 2015, p. 91).

Outras medidas tomadas pelo Estado Novo estavam relacionadas à repressão de militantes contrários às políticas getulistas. Mas isso não se deu sem resistência, com estudantes, professores e vários outros indivíduos pertencentes ao círculo letrado se posicionando contra as medidas do governo e a favor da liberdade de expressão. Várias faculdades do período, bem como a União Nacional dos Estudantes foram importantes atores que faziam parte desses movimentos (SOARES, 2015, p. 92).

Em 1943, membros da elite liberal mineira se mostraram insatisfeitos com o governo de Getúlio Vargas ao lançar um documento que ficou conhecido como Manifesto dos Mineiros. Este defendia a redemocratização do país, expressando a importância da eleição livre e das liberdades civis básicas. No mesmo ano, outro manifesto que também era a favor da redemocratização foi lançado, sendo conhecido como Carta aos Brasileiros. Em meio a esses acontecimentos, a rejeição ao governo de Vargas foi aumentando cada vez mais, sendo



consequência tanto das medidas autoritárias e repressivas do presidente, quanto da inserção do Brasil na Segunda Guerra Mundial (NAPOLITANO, 2016, p. 161).

Os últimos momentos da Era Vargas foram marcados pela ocorrência de vários movimentos sociais. Porém, um deles se destacou por defender a permanência de Getúlio no poder: o Queremismo. Ele foi caracterizado pela ação da burocracia getulista que, juntamente com a máquina de propaganda do Estado, procurava incentivar um movimento favorável a Getúlio Vargas. A sustentação desse movimento foi o apoio das massas, já que os militares não se mostraram favoráveis a causa (D'ARAÚJO, 2000).

Porém, o apoio de parte das massas não foi suficiente, com os militares ingressando no movimento de retirada de Getúlio Vargas do poder. Assim, Vargas foi forçado a sair de seu cargo e foram realizadas eleições presidenciais. O vencedor da eleição foi Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro da guerra de Vargas, marcando o fim da ditadura do Estado Novo em 1945 (D'ARAÚJO, 2000).

#### **2.1.2.5 Movimentos sociais na República Liberal-Populista (1946-1964)**

Após a posse de Eurico Gaspar Dutra, iniciaram-se discussões acerca da necessidade de uma nova constituição e dos possíveis elementos que fariam parte dela. Assim, uma Assembleia Constituinte foi organizada em 1946, tendo inclusive a presença de bancadas de comunistas e de trabalhistas. Apesar da diversidade de participantes ter aumentado, havia a predominância de indivíduos de orientação liberal pertencentes à classe média. Assim, a Constituição de 1946 acabaria por ser influenciada por essa composição de atores que fizeram parte desse processo (BALEIRO; SOBRINHO, 2012, p.11).

O conteúdo da nova constituição englobava vários elementos quanto à organização federal, bem como elementos relacionados aos direitos da cidadania e civis. Desse modo, a União, os Estados e os Municípios receberam competências exclusivas, que não poderiam ser delegadas a outros entes. O voto passaria a ser um direito de todos que fossem alfabetizados e tivessem mais de 18 anos e as liberdades civis seriam asseguradas. Os direitos sociais foram os únicos que não receberam atenção suficiente na Constituição de 1946 (SOARES, 2015, p. 113).

Com os direitos sociais não recebendo a devida atenção, a República Liberal-Populista se tornou um período no qual ocorreriam vários movimentos operários. Nesse momento, a baixa dos direitos sociais e as dificuldades econômicas pelas quais passava o Brasil se tornaram agravantes para a eclosão de movimentos grevistas. A partir de 1953, várias greves começaram a ocorrer em várias cidades, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo (D'ÁRAUJO,

1992, p. 31). Na cidade de São Paulo, por exemplo, eclodiu um dos maiores movimentos grevistas do período: a greve dos 300 mil, que teve como participantes os operários de indústrias têxteis, metalúrgicas e gráficas (FONTES, 2013).

Outro tipo de movimento muito recorrente na República Liberal-Populista, que também possui como protagonistas os indivíduos de classes sociais menos favorecidas são as Ligas Camponesas. Estas foram criadas pelo Partido Comunista em 1940, ganhando maior visibilidade entre os anos 1954 e 1964. Esse movimento era composto por pequenos lavradores que lutavam pelo direito à terra e pela reforma agrária, se mobilizando e exigindo reivindicações para seus governantes (STÉDILE, 2002 apud ALONSO, 2005).

Além dos movimentos grevistas e camponeses, a República Liberal-Populista também foi marcada pela organização de vários movimentos anticomunistas, que eclodiram em um contexto internacional de Guerra Fria. Um desses movimentos foi a Revolta da Jacareacanga (1956), no qual vários oficiais da Aeronáutica do Pará se posicionaram contra o comunismo e a favor da bandeira nacionalista. Oficiais da Aeronáutica também fizeram parte de outro movimento anticomunista em Goiás, buscando subjugar militares que possivelmente possuíam orientação comunista. Esse movimento, que ocorreu em 1959, ficou conhecido como Movimento de Aragarças (SOARES, 2015, p. 120).

Após todos esses acontecimentos, a República Liberal-Populista se encerra com um golpe militar que retira o presidente João Goulart do poder. Algumas medidas populistas implementadas pelo presidente e o crescimento de alguns movimentos populares foram usados para justificar o golpe, com muitos alegando que a ameaça comunista estava presente em cada um desses eventos. Isso casou a mobilização militar e até mesmo de indivíduos de classe média que saíram para as ruas na famosa Marcha da Família com Deus pela Liberdade, pedindo a intervenção militar (HAAG; GUERELLUS, 2019, p.208).

#### **2.1.2.6 Movimentos Sociais na Ditadura Militar**

No dia 9 de abril de 1964, poucos dias depois do golpe militar, a democracia já estava sofrendo abalos com uma das primeiras medidas tomadas pelo regime militar: o Ato Institucional nº 1. Este estabelecia que o presidente e o vice-presidente deveriam se eleger por meio de eleições indiretas, prevendo uma eleição direta para o ano seguinte (HAAG; GUERELLUS, 2019, p.229). Além disso, o AI-1 permitia que projetos de lei fossem promulgados mesmo com a não aprovação dos mesmos pelo Congresso, concentrado o poder nas mãos do Executivo (SOARES, 2015, p. 152).

Não demorou muito para que ações coercitivas e repressivas se iniciassem, sendo as principais vítimas dessas ações entidades como: a União Nacional dos Estudantes, a Universidade de Brasília, os sindicatos e as Ligas Camponesas. Além disso, parlamentares, prefeitos e governadores com ideologias contrárias aos dos militares partiram de seus municípios e estados, havendo até mesmo indivíduos preferindo o exílio (SOARES, 2015, p. 152).

Apesar da criação de vários Atos Institucionais (que foram amparados posteriormente pela Constituição de 1967) e medidas repressivas, vários movimentos sociais continuaram se organizando para lutar pelos seus direitos e pela redemocratização do país. A rearticulação desses movimentos se iniciou em 1966, havendo destaque para atores sociais como os membros da hierarquia da Igreja e os próprios estudantes nesse processo (FAUSTO, 1995, p.477).

Um dos primeiros movimentos sociais que foi lançado no regime militar foi a Frente Ampla (1966), tendo sido organizada pelo parlamentar Carlos Lacerda. No período, essa frente lançou um manifesto que criticava a ditadura e defendia os processos democráticos, bem como explicitava uma aliança entre Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart. O documento também ressaltava a importância da mobilização de vários atores sociais, como os trabalhadores, os estudantes, as mulheres, entre outros (NAPOLITANO, 2014, p. 84).

A partir de 1967, vários outros movimentos de resistência à ditadura foram criados, como a Vanguarda Popular Revolucionária, a Aliança Libertadora Nacional e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Os três movimentos são caracterizados pela luta armada e pela identificação com as ideologias de esquerda. Nos anos posteriores a suas criações, esses movimentos foram às ruas e realizaram vários saques, invasões e assaltos. Essas ações foram acompanhadas pelo estabelecimento de várias medidas repressivas, que só aumentaram com o lançamento do Ato Institucional nº 5 (SOARES, 2015, p. 155).

Em 1968, um ano após a criação dos movimentos anteriormente citados, um acontecimento causou a comoção de vários atores sociais: a morte do estudante Édson Luís, que ocorreu em um restaurante próximo de um protesto que estava acontecendo no Rio de Janeiro. A indignação com as atitudes repressivas e violentas executadas pelo Estado oportunizaram a mobilização de várias pessoas que protestavam a favor da democracia na chamada Passeata dos 100 mil. Ela contou com um público muito diversificado, englobando desde estudantes, até membros da igreja e da classe média (FAUSTO, 1995, p.478).

Quase que simultaneamente à Passeata dos 100 mil, algumas greves começaram a eclodir em Minas Gerais e São Paulo. Em Contagem, a greve foi organizada por pequenos grupos semiclandestinos de trabalhadores que reivindicavam aumento salarial. Embora tropas

militares tenham prendido vários operários, estes conseguiram um abono de 10%. Enquanto isso, Osasco tentou fazer as mesmas reivindicações, porém os operários tiveram um resultado diferente e foram totalmente reprimidos (SCHWARCZ; STARLING, 2015 apud HAAG; GUERELLUS, 2019, p.243).

O ano de 1968 também foi marcado pela crescente atuação de vários movimentos estudantis, os quais possuíam reivindicações voltadas para a área de educação e outras relacionadas ao respeito à democracia. Segundo Antunes e Ridenti (2007), esses movimentos demandavam “ensino público e gratuito para todos, uma reforma que democratizasse o ensino superior e melhorasse sua qualidade, com maior participação estudantil nas decisões e mais verbas para pesquisa”.

Com os movimentos sociais se fortalecendo em 1968, o governo militar passou a tomar medidas cada vez mais violentas com o intuito de reprimir o comportamento oposicionista de alguns atores sociais. Isso casou o declínio e o desaparecimento temporário das mobilizações sociais, devido a eficácia da repressão e a não tentativa de aproximação desses movimentos com as massas (FAUSTO, 1995, p. 483).

Porém, um acontecimento ocorrido em 1975 faria com que os ânimos da opinião pública se exaltassem novamente: a morte do jornalista Vladimir Herzog, que tinha se apresentado voluntariamente ao Centro de Operações de Defesa Interna. Com sua morte, 8 mil pessoas se reuniram na Catedral da Sé, de forma a realizar um culto em memória ao jornalista (NAPOLITANO, 2014, p. 250).

Nesse contexto repressivo, a Igreja Católica também passaria a construir um novo posicionamento em relação ao momento pelo qual o país passava, com isso ocorrendo principalmente por meio da Comissão Pastoral da Terra. Esta possuía um projeto agrário que objetivava a reivindicação de um modelo político de luta popular pela terra. A partir dessas comissões começaram a surgir outros agentes que compartilhavam desses mesmos propósitos, como as Comunidades Eclesiais de Base, as associações de bairro e as pastorais (CASTELANO, 2015).

O movimento operário foi outro tipo de movimento que começou a crescer a partir de 1978, com destaque para os operários do setor automobilístico. As reivindicações que alguns operários do período estavam fazendo, como a correção dos salários dos metalúrgicos, por exemplo, oportunizaram a organização e a junção de diversos trabalhadores para realizar grandes greves em 1978 e 1979. A mais conhecida delas foi chamada de Greve do ABC, tendo Luís Inácio da Silva como uma das grandes figuras do novo sindicalismo (FAUSTO, 1995, p. 499).

Um dos últimos movimentos da ditadura militar e que mobilizou milhões de pessoas foi a chamada “Diretas Já”, que ocorreu entre os anos 1983 e 1984. Esse movimento reivindicava a eleição direta para presidente, ganhando o apoio não somente das massas, mas também de alguns líderes políticos, intelectuais, artistas, entre outros. Apesar da pressão exercida pela população, o próximo presidente não seria escolhido pelos cidadãos, mas sim pelo Colégio Eleitoral. Tancredo Neves foi escolhido para ocupar a presidência, mas faleceu antes de tomar posse. Após esse acontecimento, José Sarney assume a presidência e oficialmente se encerra o regime militar (HAAG; GUERELLUS, 2019, p.291).

### **2.1.2.7 Movimentos sociais no período de pós-democratização do século XX**

Com o fim da ditadura militar, o Brasil passou por um período de redemocratização, que ficou ainda mais evidente com a eleição direta de governadores, deputados e senadores em 1986. Continuando esse processo, reuniu-se em 1987 a Assembleia Nacional Constituinte, com muitos atores defendendo que a nova constituição deveria estabelecer vários direitos dos cidadãos, bem como resolver vários problemas que podiam ser percebidos na época (FAUSTO, 1995, p. 524).

A discussão acerca dos elementos que fariam parte da nova constituição foi altamente influenciada por vários atores sociais. Estes procuraram exercer pressões de forma a possibilitar que seus interesses e demandas estivessem expressos no texto constitucional. Esses atores sociais eram caracterizados pela pluralidade, já que participavam de grupos distintos e possuíam reivindicações próprias desses grupos. As grandes empresas, os militares e os sindicalistas são exemplos de grupos que participaram do processo constituinte (FAUSTO, 1995, p. 524).

A Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988 foi um dos eventos da história do Brasil que mais reuniu movimentos sociais diferentes, que se organizavam em diversos tipos de ação coletiva. As mais comuns dessas ações são: manifestações/comícios, caravanas à Brasília, entrega de emendas populares, envio de propostas e cartas públicas ao governo, reuniões com o Poder Executivo Federal, divulgação à população daquilo que estava acontecendo, entre outras ações (BRANDÃO, 2011).

As discussões acerca do que faria parte do texto constitucional seriam realizadas nas comissões temáticas que foram organizadas para tal fim, sendo 8 no total. Elas estavam relacionadas a temáticas como: soberania e direitos e garantias do homem e da mulher, organização do Estado, ordem social, família, educação, cultura e esportes. Alguns dos movimentos que participaram desse processo, fazendo reivindicações para essas comissões

foram: movimento sindical, movimento ruralista, movimento indígena, movimento negro, movimento feminista, movimento estudantil, movimento nacional dos meninos de rua, entre outros. Depois da participação de todos esses atores sociais, a nova constituição foi promulgada em 1988 (BRANDÃO, 2011).

Um ano após a promulgação da Constituição de 1988, ocorreram as primeiras eleições diretas para Presidente da República. Fernando Collor de Mello, candidato do Partido da Reconstrução Nacional, venceu as eleições e tomou posse em 1990. Porém, devido a denúncias de corrupção feitas contra ele e investigadas pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Collor sofreu um *impeachment* em 1992 (TOFFOLI, 2018).

Antes do afastamento de Collor, um tipo de movimento teve um destaque maior nas mobilizações contra a permanência do presidente: o movimento estudantil, sobretudo os “caras-pintadas”. Estes realizaram passeatas e manifestações criticando a política educacional, bem como questões relacionadas às privatizações e às taxas de desemprego. O objetivo dos manifestantes era o *impeachment* de Collor, sendo que o movimento acabou após o alcance desse objetivo (DIAS, 2008).

Além dos movimentos contra a corrupção, que tiveram grande participação das massas e dos estudantes, outros movimentos começaram a se consolidar nesse período. Segundo Scherer-Warren (2007), alguns desses movimentos foram “o Movimento dos Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), dentre outros. Segundo o autor, os movimentos étnicos também começaram a ganhar maior visibilidade, principalmente os de representação indígena, quilombola e negra.

Em 1995, o Movimento Negro Unificado organizou uma marcha que ficou conhecida como Marcha do Zumbi dos Palmares, reunindo manifestantes negros que pertenciam a movimentos ligados a questões sindicais, raciais e de gênero. Essa mobilização mostrava a indignação desse grupo com ações exclusivas e de discriminação racial no país. Essa marcha foi de extrema importância para o desenvolvimento de políticas afirmativas raciais nos governos posteriores (DUARTE, 2008).

No início do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, em 1999, movimentos que se identificavam com as ideologias de esquerda começaram a realizar manifestações de forma a se posicionar contra as privatizações. Nesse período, também começaram a ocorrer greves devido aos cortes de gastos públicos que estavam sendo feitos, bem como o aumento da pressão pela reforma agrária exercida por trabalhadores rurais ligados ao Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra (STANCKI, 2016, p. 200). Assim, o século XX termina no Brasil com um alto índice de mobilização dos movimentos sociais do país.

#### **2.1.2.8 Movimentos Sociais do Século XXI**

O século XXI se iniciou com novos desafios e dinâmicas que criaram um cenário totalmente diferente daquele existente anteriormente. Nesse cenário, oportunizou-se o desenvolvimento de novos tipos de movimentos sociais, os quais apresentavam distintas reivindicações, linhas de ação, atores sociais e identidades. Esses movimentos podiam ser pluriclassistas, ultrapassar fronteiras, defender um modo de vida específico, ser identitários, de caráter reivindicatório, entre vários outros (GOHN, 2011).

No Brasil, os anos 2000 se iniciaram com o fim do mandato de Fernando Henrique Cardoso e o início do de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. Nesse período, várias mobilizações ocorreram nas ruas das principais cidades do país, que visavam comemorar a eleição do novo presidente. Essa comemoração foi realizada por pessoas das mais variadas classes sociais, a quais tinham a expectativa de que as políticas econômicas e sociais do novo governo fariam o Brasil se desenvolver (MARQUES; MENDES, 2004)

Porém, segundo Anderson (2011 apud Stancki, 2016), o início do primeiro mandato de Lula decepcionou alguns atores sociais, sendo que estes tinham expectativas de que medidas de cunho socialista fossem executadas no país (o que não ocorreu). Somando-se a isso, Lula implementou medidas como o aumento de juros e o corte de gastos públicos para aliviar as contas públicas, causando o descontentamento de parcela da população do período.

Assim, como o governo Lula manteve a implementação de uma agenda neoliberal no primeiro mandato, alguns sindicatos e o próprio MST se mobilizaram e atuaram de forma a defender a agenda da esquerda. No período, essa agenda era composta por temáticas como a reforma agrária, a defesa da previdência pública, a manutenção de níveis de emprego e salários estáveis, entre outras. Com isso, várias greves começaram a eclodir entre a classe metalúrgica, bem como as ocupações foram intensificadas pelo MST (LEHER, 2003).

O Movimento Passe Livre foi mais um movimento que se deu no período de vigência do governo Lula. Duas mobilizações desse movimento se tornaram muito conhecidas: a Revolta do Buzu em Salvador (2003) e a Revolta da Catraca em Florianópolis (2003 e 2004). Nelas, estudantes entraram em conflito com as autoridades de forma a defender a democratização da mobilidade e do transporte no país (DOWBOR; SZWAKO, 2013). Embora esse movimento tenha tido seu ápice de força e atividade no período do primeiro mandato de Lula, ele acabou

se estabelecendo e adquirindo legitimidade entre alguns atores sociais, com ele possuindo mobilizações e eventos que acontecem até hoje, a exemplo do Movimento Jornada de Junho de 2013.

Mesmo que o primeiro mandato de Lula tenha sofrido algumas críticas quanto à continuação de políticas neoliberais, ele também direcionou ações que beneficiassem certos grupos sociais. Tem-se como exemplo de políticas e ações: o Fome Zero, o Bolsa Família, o Programa Universidade para Todos (Prouni), entre outros. Além disso, esse mandato contribuiu com a inserção de mulheres, do público LGBT e de questões raciais na agenda pública. Essas medidas possibilitaram um ganho de popularidade do presidente, que se elegeu novamente nas eleições seguintes (STANCKI, 2016, p. 204).

No segundo mandato de Lula, principalmente após 2008, os movimentos sociais se tornaram muito ativos, devido principalmente às reivindicações que surgiram após a crise de 2008. Os movimentos sindicais organizaram vários protestos e ações de resistência referentes a grande quantidade de demissões que estavam tendo no período. Em 2009, houve uma das maiores mobilizações do país, com sindicatos de 19 estados brasileiros protestando contra o desemprego (GOHN, 2010, p. 134).

Os ganhos sociais adquiridos no governo Lula foram determinantes para a eleição de Dilma Rousseff em 2010. A partir desse ano, os movimentos sociais começaram a se intensificar cada vez mais. Boito Junior (2014 apud FERRAZ, 2019) afirmou que os movimentos grevistas se tornaram mais ativos em todos esses últimos anos.

Nesse contexto contemporâneo, a internet também contribuiu para que ocorressem várias mobilizações no ambiente digital, bem como houve um aumento de movimentos identitários que defendiam os interesses de negros, mulheres e de indivíduos LGBTI+ (SCHERER-WARREN, 2008, 2014 apud FERRAZ, 2019).

O governo Dilma (2011-2016), foi marcado pela alta atividade de vários movimentos sociais, havendo uma média de 222,6 protestos por ano. Os grupos sociais que organizavam esses protestos eram muito variados, sendo compostos por: trabalhadores, estudantes, grupos anti-petistas, grupos identitários, ambientalistas, defensores de direitos humanos e vários outros. As reivindicações desses protestos também eram diversas, podendo englobar temáticas como salários, melhores condições de trabalho, melhoria das condições de vida, políticas sociais, políticas econômicas, questões de gênero, diversidade sexual e raça, entre várias outras reivindicações (TATAGIBA; GALVÃO, 2019).

O período de vigência do governo Dilma também foi marcado pela constante polarização política entre atores a favor e contra o Partido dos Trabalhadores, com o sentimento



antipestista se fortalecendo a partir da ocorrência das Mobilizações de Junho de 2013. A crise política e econômica, que estavam ocorrendo simultaneamente no país, foram determinantes para o surgimento de novos movimentos de direita que protestavam contra a corrupção e a favor do impeachment de Dilma Rousseff (TATAGIBA, 2018).

Um movimento que foi criado em 2014 e que foi muito atuante a partir do início do segundo mandato do governo Dilma foi o Movimento Brasil Livre. Ele é caracterizado por possuir uma orientação neoliberal e ser composto por indivíduos da juventude brasileira, defendendo pautas anticorrupção. Esse movimento se tornou muito conhecido por ser favorável ao *impeachment* da presidenta Dilma (GUIMARÃES, 2018).

Após o *impeachment* em 2016, Michel Temer assume a presidência do país e também acaba governando em um período marcado por manifestações e protestos. As manifestações de defesa da Lava Jato e as articulações anti-impeachment são exemplos de ações que ganharam força em alguns momentos. Nesse contexto, também surgiram pautas de movimentos contrárias a Temer (#foratemer), bem como mobilizações defendendo a volta de Lula e contrárias as reformas trabalhistas e da previdência. Apesar disso, ainda havia muitos movimentos que, ao mesmo tempo que defendiam o antipestismo, não abriam espaço para a sustentação do governo Temer (ALONSO, 2017).

Com as eleições de 2018, o antipestismo continuou se fortalecendo, contribuindo para a eleição de Jair Bolsonaro para Presidente da República. Assim, o contexto político eleitoral desse momento colaborou para a crescente atuação de grupos de direita, os quais promoveram uma “intensa atividade deste campo político com a criação de inúmeros grupos com uma distribuição em todo o território nacional e atuação em diferentes níveis políticos da federação” (SPINA, 2020).

## **2.2 Movimentos de juventude**

Este referencial se preocupará em analisar os movimentos de juventude de forma isolada dos demais movimentos, buscando perceber as particularidades dos atores sociais envolvidos neles e explicitar alguns movimentos culturais de juventude que se tornaram muito reconhecidos em vários momentos históricos, sendo que possuem adeptos até hoje.

### 2.2.1 Juventude e teorias da juventude

A juventude é um termo de difícil conceituação, que perpassa por vários processos de construção e ampliação de seu significado, podendo ser utilizado em contextos referentes aos campos da Biologia, Psicologia e Sociologia (TRANCOSO; OLIVEIRA, 2016). Sendo polissêmico, os sentidos conferidos a esse conceito se alteram de acordo com as condições econômicas, políticas e socioculturais vivenciadas e alteradas pelos jovens em cada momento histórico (FERNANDES, 2019).

No Brasil, a temática da juventude passou a ser mais discutida e explanada nos últimos anos tanto pelos meios de comunicação, quanto pelo meio acadêmico. Os primeiros se caracterizam por produzir dois tipos de conteúdo que abordam a temática: aqueles voltados para jovens que realçam questões culturais e de comportamento e os voltados para adultos que denunciam problemas sociais que afetam as novas gerações (como violência, crime e drogas). Enquanto isso, no meio acadêmico a temática é estudada enfocando principalmente as instituições que causam impactos na vida dos jovens, embora também existam estudos que busquem analisar as experiências e as suas perspectivas (ABRAMO, 1997).

A maioria das maneiras de se tratar a juventude no mundo atual tem influência das teorias tradicionais da sociologia da juventude que foram dominantes na primeira metade do século XX. Essas concepções, denominadas “corrente geracional”, caracterizavam a juventude como uma “faixa etária definida”, que marcaria o período de transição para a vida adulta, momento no qual os jovens poderiam ser influenciados a repetir modos de comportamentos ou a se desviar deles (GROPPO, 2017).

Já na segunda metade do século XX, iniciaram-se estudos que tinham um enfoque diferente da juventude, os quais foram agrupados na chamada “corrente classista”. Esta estabelecia que os comportamentos e elementos culturais que são incorporados pelos jovens são resultados da reprodução das classes sociais as quais eles pertencem, como as de gênero, raça, entre outras (PAIS, 2003, p. 55).

Sendo a corrente geracional e classista predominantes no estudo dos jovens da Sociologia da Juventude, surgiram autores como José Machado Pais (2003, p. 109) que passaram a ver a juventude com um novo olhar, tratando-as como subculturas juvenis. Para o autor, ao observar as culturas juvenis, ele afirmou que elas podem possuir uma perspectiva cultural geracional em um momento e uma perspectiva cultural classista em outro, podendo também aparecer como “culturas de rua, de sexo”, entre outros exemplos.

Em um contexto contemporâneo, mais um novo enfoque foi dado aos estudos sobre juventude, se destacando entre eles os que tematizam “a capacidade que o jovem tem de mobilização e de transformação política e social” (WEISHEIMER et al, 2013, p. 162). Dessa forma, os movimentos de juventude passam a ser abordados com maior frequência, havendo a observação de que os jovens atualmente atuam em espaços bastante variados, se organizando sem a orientação de atores adultos e abordando temáticas locais que são condizentes com soluções imediatas (DUARTE, 2016).

A história do Brasil e do mundo foram marcadas por vários movimentos de juventude (ou juvenis, como também são chamados). Dentre esses movimentos se destacam alguns de cunho cultural, como: a Contracultura, o Tropicalismo e o Hip Hop. Também há aqueles que possuem um cunho político/ideológico, como os movimentos estudantis. Sendo estes um dos movimentos de juventude de maior importância para esta pesquisa e um dos mais relevantes para este trabalho, será tratado em uma seção a parte.

### **2.2.2 Os movimentos de juventude na história**

O movimento da Contracultura surgiu nos anos 1960 nos Estados Unidos, sendo caracterizado por ser uma “revolta juvenil que questionava os valores da sociedade capitalista”. Posteriormente, o movimento se propagou para outros países europeus e latino-americanos, estando entre eles o Brasil, com cada um deles apresentando certas individualidades que foram inclusas nos movimentos de cada localidade (SANTOS, 2014).

Segundo Velho (2007, p. 204), a contracultura valoriza as escolhas individuais, estando o movimento ligado:

[...] ao desenvolvimento, ao fortalecimento de valores individualistas. Não em um sentido negativo do individualismo, individualismo como sinônimo de egoísmo, mas individualismo no sentido de valorizar a singularidade individual, de sublinhar a importância das trajetórias individuais, das biografias.

Além de valorizar identidades individuais, o movimento da contracultura também proporcionou mudanças socioculturais que visavam um estilo de vida no qual se valorizava elementos corporais, emocionais e um menor apelo à racionalidade. Bem como, agia de forma a se opor às ações de países imperialistas em guerras e na imposição do *american way of life*. Os hippies e o rock são considerados manifestações da contracultura dos anos 1960 e 1970 que se encaixam nessas mudanças (CAPELLARI, 2007).

No Brasil, nesse mesmo período, com a instauração da Ditadura Militar e com a outorga do AI-5, a juventude brasileira reagiu de três formas diferentes: uma parcela dela ingressou na luta armada, a outra desenvolveu um movimento de contracultura no país, enquanto que a última se adequou as exigências do sistema vigente (SIRKIS, 1998, p. 112). Aqueles que aderiram à contracultura, desenvolveram um movimento que acabou ficando conhecido como Tropicália ou Tropicalismo (BARROS, 2004).

O Movimento Tropicalista se caracterizou por propiciar um contexto de muita riqueza cultural para o Brasil, deixando heranças culturais que prevalecem até hoje. Ele se preocupava em olhar de forma crítica para o sistema social vigente no período, propondo o surgimento de novos elementos culturais. Assim, os jovens buscavam o estabelecimento de uma nova “identidade nacional e conatural brasileira”, ao mesmo tempo que se abriam para o “mundo internacionalização-cultural” (CONTIER et al, 2003).

Devido ao contexto de surgimento do Tropicalismo, seus adeptos protestavam sem possuir um “discurso verbal politizado”. A música era um dos meios utilizados para unir diversos elementos culturais – linguísticos, folclóricos, étnicos – no próprio projeto do movimento. Dessa forma, os valores burgueses eram criticados por vias artísticas, havendo a utilização de várias técnicas ousadas e do sincretismo para tal (CONTIER et al, 2003).

A música também foi importante para a popularização de outro movimento: o Hip Hop. Segundo Gomes (2009), ele é difícil de ser conceituado, já que não há um consenso se ele é um movimento cultural, social ou uma simples manifestação artística. Assim, seu estudo apresenta um alto grau de complexidade, já que ele é um movimento que é composto por uma parcela específica de jovens, o que possibilita que ele se encaixe na categoria de Movimento Social Urbano.

O hip hop surgiu nos Estados Unidos nos anos 1970, momento no qual o prestígio do rock no cenário nacional estava enfraquecendo. Os protagonistas desse movimento foram a juventude negra do Bronx, em Nova York, que trouxeram inovações ao cenário cultural por meio do estilo de dança *break*, da utilização de grafite nas expressões artísticas e de novos sons musicais oportunizados por DJs da região (LEAL, 2007, p. 20).

Essas inovações propostas pelo hip hop ao meio cultural surgiram como forma de evitar certos problemas sociais que ocorriam nas periferias do Bronx, sobretudo as ações violentas e disputas entre gangues. Assim, os jovens passaram a incentivar que essas disputas ocorressem por meio da dança, mais especificamente do *break*, bem como a utilizar o grafite como forma de arte e não de delimitar territórios (FOCHI, 2007).

As iniciativas do movimento também propiciaram um maior engajamento e percepção do jovem em relação à realidade em que ele está inserido. Dessa forma, ele não podia ser simplesmente resumido à música e dança, já que “ele busca conscientizar, educar, humanizar promover, instruir e divertir os moradores da periferia, além de reivindicar direitos e o respeito a esse povo” (FOCHI, 2007).

Com a popularização do movimento hip hop, este se propagou para o mundo inteiro, chegando ao Brasil no início da década de 1980. Aqui, ele desenvolveu várias particularidades, a depender da região a qual ele foi incorporado, com o rap sendo utilizado como uma ferramenta política para fazer reivindicações e denunciar os problemas que são enfrentados em cada localidade brasileira (LÉLIS, 2011).

## **2.3 Movimentos estudantis**

### **2.3.1 Características, particularidades e aproximações com os demais movimentos**

Os movimentos estudantis foram essenciais para a construção e o desenvolvimento do Brasil que existe atualmente, sobretudo aqueles relacionados ao ensino médio e superior. Historicamente, esses movimentos existem desde o Período Imperial Brasileiro, ganhando uma maior expressividade a partir das mobilizações estudantis que ocorreram nos anos 1960 e se fortalecendo em períodos como as Diretas Já, o Impeachment de Collor em 1992 e em vários momentos da atualidade (GOHN, 2010, p. 64).

Apesar de terem sido considerados importantes em vários momentos da história do Brasil, os movimentos estudantis ainda possuem uma difícil conceituação, com muitos autores os reduzindo às simples mobilizações realizadas por estudantes. Essa redução ocasiona uma assimilação errônea desse conceito, permitindo que se confundam os movimentos estudantis com uma ação coletiva, bem como com uma organização estudantil (BRINGEL, 2009).

De forma a conceituar corretamente os movimentos estudantis, é necessário considerar que eles possuem características diferentes dos demais movimentos sociais. Segundo Santos et al (2018, p. 35), os movimentos estudantis são caracterizados por possuírem indivíduos de diferentes classes sociais, sendo policlassistas. Além disso, a composição deles é considerada transitória, já que os jovens participam desses movimentos somente no período no qual são estudantes, se dando em momentos em que estão cursando o ensino médio ou superior.

Em conjunto com essas características dos movimentos estudantis, há especificidades que foram observadas por vários estudiosos e que são importantes para seu entendimento, sendo elas (BRINGEL, 2009):

- Caráter de curto prazo da maioria das lutas, que surgem conforme as condições da conjuntura de cada período;
- Forma de organização não padronizada dos movimentos, que são estruturados de formas diferentes por cada um deles;
- Participação de muitos indivíduos de classe média;
- Geração de uma identidade de “baixa intensidade”, já que os estudantes podem participar de outros movimentos e dar prioridades a eles;
- Possibilidade de existência de movimentos estudantis que perpassem por ideologias muito distintas; e
- Demandas que podem se relacionar com questões internas ou externas à instituição de ensino superior do movimento.

Apesar dos movimentos estudantis terem suas particularidades, no decorrer dos anos eles tiveram uma relação de aproximação com os novos movimentos sociais. Isso ocasionou a absorção de novas temáticas e demandas para as lutas estudantis, que passaram a discutir não somente questões relacionadas à educação, mas também questões sobre cultura, meio ambiente, paz, questões de gênero e da causa negra, entre outras (MESQUITA, 2003).

### **2.3.2 Os movimentos estudantis no Brasil: uma retomada histórica**

Como dito anteriormente, os movimentos estudantis se fizeram presentes em vários momentos importantes da história do Brasil, adquirindo novas características no decorrer do tempo e lutando pelas mais variadas causas. Esta seção terá o objetivo de realizar uma retomada histórica dos principais eventos envolvendo o movimento estudantil no país, de forma a possibilitar um maior entendimento das motivações de suas lutas.

#### **2.3.2.1 O movimento abolicionista no Brasil Império**

Um dos primeiros indícios do surgimento de uma mobilização estudantil brasileira se deu no período do Brasil Império, momento no qual as ideias de filósofos como Voltaire, Rousseau e Montesquieu eram importadas da Europa e discutidas por estudantes que haviam

estudado no estrangeiro. A partir desse processo, criaram-se as primeiras universidades no Brasil, as quais passaram a ser frequentadas por filhos de oligarcas e latifundiários que se engajaram em campanhas a favor da abolição da escravidão e da Proclamação da República (POERNER, 2004, p. 61).

Esse período é caracterizado por Mendes Júnior (1982, p. 23) como uma fase de “atuação coletiva” dos estudantes, os quais se organizavam em Sociedades Acadêmicas que não realizavam somente atividades de cunho cultural e intelectual, mas também político. Isso oportunizou que as ações estudantis ultrapassassem os campos ideológicos e de denúncias, com os jovens agindo mais ativamente ao iniciarem o planejamento e execução de estratégias de fuga e proteção de escravos fugitivos.

Ao mesmo tempo em que alguns estudantes defendiam a abolição da escravatura, outros defendiam com mais ardor a Proclamação da República. Para eles, com a proclamação se concretizando, a abolição da escravidão seria algo que aconteceria de forma espontânea. Para debater e defender tal propósito, vários clubes republicanos acadêmicos começaram a ser criados, os quais também tinham o apoio e participação da juventude militar (POERNER, 2004, p. 64).

### **2.3.2.2 A inconstância da força estudantil na República Velha e no período anterior ao Estado Novo**

Após a Proclamação da República, a presença estudantil nas questões políticas e sociais da época enfraqueceu, já que as lutas que os unificaram anteriormente (abolicionismo e república) já tinham se concretizado. Essa situação somente se alterou com o início da Primeira Guerra Mundial, acontecimento que impulsionou o debate dos problemas existentes no Brasil entre os movimentos nacionalistas (MENDES JUNIOR, 1982, p. 26).

Nesse período, a atuação estudantil se solidificou com o ingresso de vários estudantes na chamada Liga Nacionalista, que debatia e defendia posicionamentos referentes ao analfabetismo, ao voto secreto e ao serviço militar obrigatório (MATHIESON, 2013). A campanha nacionalista também se mostrou favorável aos países que compunham a Tríplice Entente, defendendo a entrada do Brasil na Guerra e inspirando vários estudantes a se voluntariarem para participar dos batalhões (MENDES JUNIOR, 1982, p. 28).

Com o fim da Liga Nacionalista, a atuação estudantil entrou mais uma vez em um período de enfraquecimento, não conseguindo participar de forma relevante nem mesmo da Revolução de 1930. Para Mendes Júnior (1982, p. 31), os estudantes só retornaram a ter um

comportamento mais engajado e participativo durante a Revolução Constitucionalista de 1932, período no qual se utilizaram de comícios e manifestações para reivindicarem a convocação de eleições para uma Assembleia Constituinte. Desse modo, com o fim desses acontecimentos, se inicia o que Mendes Júnior chama de “atuação organizada” dos estudantes.

### **2.3.2.3 Criação da UNE e o início da atuação organizada do movimento estudantil**

Ao estudar a história do movimento estudantil, muitos autores realizam sua divisão em dois momentos: antes e após a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE). Para Poerner (2004, p. 119), a atuação estudantil no período anterior a 1937 era caracterizada por possuir objetivos muito específicos, que ao serem alcançados desaqueciam as rebeliões estudantis. Além disso, essas atuações eram consideradas regionais, não havendo a organização de um movimento estudantil que unisse jovens dos mais variados lugares em prol de um mesmo propósito.

Posteriormente, com a criação da UNE - em 1937 - foi possível institucionalizar “a representação e a coordenação nacional dos universitários brasileiros” (FAVARO, 2009, p. 244), sendo que em seu congresso de fundação ela já possibilitou a mobilização e união dos estudantes contra o fascismo. Isso causou uma tensão entre o Estado Novo e os movimentos estudantis, já que estes últimos buscaram exercer pressão e realizar passeatas de forma a fazer com que o governo se posicionasse de forma contrária aos países do Eixo na Segunda Guerra Mundial (ARAUJO, 2007, p. 35).

A luta contra o nazifascismo se transformou mais tarde em uma luta pela redemocratização do Brasil e do fim do Estado Novo, com os estudantes ganhando novos adeptos de vários extratos sociais para participar do movimento. Por fim, realizou-se a passeata do 4 de julho no ano de 1942, evento que oportunizou a mobilização e organização das oposições do governo, que o derrubariam, mais tarde, em 1945 (MENDES JUNIOR, 1982, p. 44).

O período democrático que se instaurou desse momento até 1964 foi caracterizado pela constante participação estudantil na defesa dos mais variados temas, como a campanha “O petróleo é nosso”, bem como a defesa da reforma universitária e das reformas de base. Nesse período, os secundaristas também se fizeram presente no movimento estudantil nacional, reivindicando meia-passageira nos ônibus e meia entrada em cinemas e teatros (ARAUJO, 2007, p. 62).



#### **2.3.2.4 O movimento estudantil na ditadura militar**

No Brasil, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela alta participação estudantil na reivindicação de direitos para a população. Objetivando mudanças no cenário político e social do período, os estudantes iniciaram ações de enfrentamento de forma a se opor àquele que buscava detê-las: o regime militar. Para isso, o movimento estudantil se utilizou de várias estratégias para adaptar o modo de organização e atuação política, de forma a se tornarem condizentes com o contexto e limitação impostos por cada momento (BENEVIDES, 2006, p. 73).

Benevides (2006, p. 73) afirma que essas estratégias de adaptação deram origem a três fases de atuação do movimento estudantil durante o período da ditadura militar. A primeira delas é caracterizada pelas intensas “manifestações de rua”, sendo correspondente aos anos de 1964 à 1968. Já entre 1969 e 1974, ocorre o chamado “recoo estratégico”. De 1975 até o final da ditadura em 1979, ocorre o movimento pela “retomada da legalidade”.

##### **2.3.2.4.1 A primeira fase**

Após os militares assumirem o poder, vários grupos passaram a ser perseguidos e inibidos de realizarem suas atividades, dentre eles estavam as entidades que eram compostas pelos jovens do movimento estudantil. Essa inibição foi institucionalizada pela Lei Suplicy de Lacerda (outubro de 1964), que buscava acabar com as entidades estudantis existentes e substituí-las por outras que eram controladas pelo Estado. Essas restrições também incluíam a União Nacional dos Estudantes, que foi declarada ilegal no início do regime (BORTOT; GUIMARAENS, 2008, p. 16).

Nesse contexto, havendo a tentativa de despolitizar a população e os estudantes, vários atores sociais começaram a buscar formas de protestar e debater temas nacionais importantes. Uma dessas formas que acabou se tornando muito popular entre os estudantes foi traduzida no chamado “Show Opinião”, uma manifestação cultural e política que usou da música e do cinema para denunciar a realidade social pela qual os brasileiros estavam passando naquele momento (OLIVEIRA, 2008).

Além de haver a participação estudantil nesses ambientes culturais, os estudantes também começaram a se organizar politicamente em “entidades livres” do controle da Lei Suplicy e reorganizar a União Nacional dos Estudantes de forma clandestina. Essa estruturação do movimento estudantil permitiu sua coordenação em campanhas de oposição às ações do

início do regime militar, como ocorreu com os protestos feitos em várias universidades acerca das reformas educacionais pretendidas pelo governo (ARAÚJO, 2007, p. 158).

Com a base organizativa do movimento estudantil se consolidando, várias manifestações e passeatas começaram a ocorrer principalmente entre os anos 1966 a 1968. Porém, diferentemente de períodos anteriores, elas não buscavam somente denunciar a condição política na qual se encontrava o país, mas também criticar problemas específicos do ambiente universitário, o que acabou por fortalecer o movimento estudantil (ARAÚJO, 2007, p. 172).

A primeira fase da participação estudantil no regime militar se encerra com as passeatas ocorridas após a morte do estudante Edson Luis, que foi baleado pela polícia em um restaurante conhecido como Calabouço, no Rio de Janeiro. A maior de todas elas ficou conhecida como a Passeata dos Cem Mil, que não teve adesão somente dos estudantes, mas também da sociedade, de artistas e intelectuais. Após esses eventos, sendo alguns pacíficos e outros tempestuosos, as passeatas foram proibidas pelo governo (NAPOLITANO, 2014, p. 90).

#### **2.3.2.4.2 A segunda fase**

Após as manifestações e passeatas realizadas em 1968, foi promulgado no final desse mesmo ano o Ato Institucional nº 5, que daria início a um período de intensa repressão. A partir dele, as pessoas que se manifestaram contra o regime militar passaram a ser duramente perseguidas. Isso acabou por ocasionar uma desmobilização popular, sobretudo do movimento estudantil (NAPOLITANO, 2014, p. 94).

Com o novo contexto imposto pelo período, enquanto alguns estudantes optaram por ingressar em movimentos que defendiam a luta armada, outros buscaram formas de dar continuidade ao movimento estudantil e seus trabalhos políticos. Assim, algumas lideranças estudantis realizaram minicongressos de forma a reorganizar a UNE, mas o caráter clandestino das atividades afastava os estudantes por medo. No final, uma das únicas formas de resistência dessa fase do movimento estudantil acabou por ser a cultura, com os estudantes transformando as críticas da realidade em teatro (ARAÚJO, 2007, p. 201).

#### **2.3.2.4.3 A terceira fase**

Após os anos de maior repressão e violência do regime militar, o movimento estudantil voltou a se reestruturar (com a reestruturação da UNE) e a atuar de diversas formas,

incorporando vários modos de fazer política. Algumas ações estudantis eram consideradas tradicionais, enquanto outras eram novas para o período, podendo ser citadas: o planejamento de assembleias, as greves, os protestos, as denúncias sobre presos políticos, realização de abaixo-assinados e a produção de jornais (MULLER, 2010).

As greves estudantis da terceira fase reivindicaram mudanças relacionadas ao ambiente universitário, lutando por temáticas como a precariedade das condições de alimentação dos estudantes, duplicidade de horários de disciplinas oferecidas, materiais de aula não gratuitos, fechamento de bibliotecas, demissão de professores, entre outros motivos. Para Muller (2010), embora as reivindicações tenham graus de complexidade diferentes, todas elas “serviam de mote para agregar os estudantes em torno da crítica ao regime”.

Além das reivindicações relacionadas com o meio universitário, o movimento estudantil se mobilizou por campanhas que possuíam diferentes finalidades, como a realizada em prol da “anistia ampla, geral e irrestrita”. Esta demanda foi compartilhada com grande parte da população brasileira, havendo inclusive a criação do Comitê Brasileiro de Anistia, entidade na qual o movimento estudantil atuou. Como fruto dessa campanha, sancionou-se a Lei da Anistia em 1979, que não teve o alcance inicial desejado, mas que acabou se ampliando com o tempo (ARAÚJO, 2007, p. 226).

Dessa forma, a participação estudantil no regime militar se encerra com a campanha pelas “Diretas Já!”, a qual contou com a participação dos estudantes e de toda a população em defesa das eleições diretas para Presidente da República. Para a campanha, foram realizadas manifestações e comícios por todo o país, os quais tiveram ampla presença dos estudantes dos mais variados lugares (ARAÚJO, 2007, p. 226).

#### **2.3.2.4 Movimento estudantil contemporâneo**

Com a redemocratização do país e a saída das entidades estudantis da ilegalidade, o movimento estudantil se fortaleceu e se tornou um importante ator político em vários momentos do Brasil contemporâneo. Souza Santos (2018) aponta esse fato ao observar os eventos da campanha “Fora Collor”/“caras-pintadas”, que foi caracterizada por manifestações e protestos estudantis contra a corrupção que se iniciaram com os estudantes e se estenderam para toda a população.

Outro momento de agitação estudantil se configurou no governo de Fernando Henrique Cardoso, sendo que a UNE se opôs abertamente ao projeto do governo durante todo o mandato. Os estudantes se opunham às ações de caráter neoliberal pretendidas para o período, que

englobavam uma “agenda de privatizações, flexibilizações, redução de direitos e conquistas sociais e trabalhistas, submissão do país na política externa, econômica e comercial, entre outros” (POERNER, 2004, p. 301).

Nesse contexto, para Mesquita (2003) a atuação do movimento estudantil contemporâneo converge para a luta de três questões principais, sendo elas: a reestruturação das entidades estudantis e das formas de ação desempenhadas pelos estudantes, a ampliação da pauta discutida pelo movimento e a luta pela educação/universidade e contra a realização de políticas neoliberais.

A atuação estudantil contemporânea também foi caracterizada por se utilizar de estratégias de ocupação para fazer suas reivindicações, que eram muito diferentes umas das outras. Nos anos de 2007 e 2008, por exemplo, mais de 30 universidades foram ocupadas, com os estudantes lutando por questões mais específicas de seu próprio ambiente educacional, como também questões mais amplas e de caráter nacional (BRINGEL, 2009). As ocupações de escolas paulistas também se deram em 2015, com os estudantes as transformando em centros culturais e propondo atividades culturais para serem realizadas em momentos de manifestação (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p. 149).

O movimento estudantil também se mobilizou contra o aumento das tarifas do transporte público, em uma campanha que ficaria conhecida como “Jornadas de 2013”. Essa mobilização acabou por propiciar o debate de outras temáticas, como a reivindicação de melhorias nos serviços de saúde e educação, a corrupção do país e questões referentes a Copa do Mundo que seria sediada no Brasil (PAULA, 2016). Porém, a partir do momento em que as manifestações e passeatas do período passaram a ser violentamente reprimidas, outros atores sociais ficaram indignados com essa forma de abordar o movimento e acabaram o aderindo, transformando o movimento em uma manifestação de massa (ANTUNES, 2013).

Nesse cenário, os movimentos de direita fizeram tentativas de se incluir nesse processo político. Assim, segundo Antunes (2013):

A partir desse momento, o movimento se tornou plurideológico ensejando uma disputa entre setores da esquerda e da direita, com este último fazendo claramente uma tentativa de influenciar uma massa de estudantes que, pela primeira vez, estava fazendo passeata.

Em 2016, o Dia Nacional em Defesa da Educação (24 de outubro) também contou com intensa mobilização estudantil, com os estudantes se organizando em manifestações e protestos por todo o país. O objetivo da mobilização foi o posicionamento contrário ao governo Temer e

a PEC 241, que foi considerada limitadora por parte do movimento estudantil do período (UNE, 2016).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo é caracterizado por possuir natureza qualitativa-exploratória, já que há a preocupação em aprofundar o conhecimento acerca dos fatores que influenciam a participação de um grupo social específico: a juventude. A existência de poucas pesquisas sistematizadas acerca da motivação dos jovens em participar ocasionou a não formulação de hipóteses, o que gerou a necessidade de realizar uma abordagem subjetiva e qualitativa do objeto de estudo.

Para isso, houve a realização de uma pesquisa semelhante a um estudo de campo, que segundo Gil (1999, p. 57) objetiva “muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis”. Este método geralmente se utiliza de métodos de observação ou de questionamentos para aprofundar questões de indivíduos que possuem alguma característica em comum. Nesta pesquisa, buscou-se jovens que possuíssem como característica comum a participação em movimentos de juventude e estudantis, sendo que a partir disso aplicou-se um embasamento empírico por meio da realização de coleta de dados que auxiliassem no entendimento do comportamento participativo dos jovens.

Nesse contexto, o objeto de estudo pode ser explicitado pelos movimentos estudantis, mais especificamente pelos jovens que compõem esses movimentos. Porém, devido a inviabilidade de acessar toda a população que seria relevante para essa pesquisa, bem como a não possibilidade de realização de uma amostra probabilística, optou-se por uma amostra não probabilística.

Para a seleção dessa amostra, utilizou-se de dois tipos de amostragem diferentes, sendo eles: por acessibilidade e por tipicidade. Primeiramente, entrou-se em contato com membros de alguns movimentos de juventudes e houve a seleção daqueles que se mostraram favoráveis a contribuir com a pesquisa, ou seja, a facilidade de acesso a esses membros foi determinante para a escolha da amostra. Posteriormente, dentre esses selecionados, buscou-se escolher movimentos que defendiam ideologias de direita e de esquerda, para a análise se tornar mais representativa. Como houve a seleção de atores que possuíam algumas características específicas, configurou-se uma amostragem por tipicidade.

### 3.1 Abordando os movimentos de juventude e estudantis entrevistados

Para alcançar o público alvo pretendido para este estudo, utilizou-se o método de amostragem Bola de Neve. Primeiramente, buscou-se conversar com membros de movimentos de juventude e estudantis conhecidos pela autora deste trabalho. Com isso, gerou-se um processo de indicação, com os primeiros jovens abordados indicando outros jovens do mesmo movimento para participar da pesquisa. Porém, a falta de contato dos movimentos abordados com outros pertencentes a uma mesma localidade, bem como as condições de distanciamento social da COVID-19, geraram a necessidade de se buscar movimentos de forma *online*.

Nesse processo, iniciou-se a comunicação com movimentos de juventude e estudantis de forma online, com ela se dando por meio de redes sociais como o *Facebook* e o *Instagram*. Porém, esse método apresentou dificuldades, geradas principalmente pelo momento atual de intolerância entre pessoas que possuem ideologias diferentes. Ao serem abordados, muitos movimentos se mostraram preocupados com as perguntas que seriam feitas e com o caráter ideológico que poderia ser dado ao trabalho. A desconfiança de que a pesquisa poderia tratar o movimento de forma tendenciosa foi muito recorrente.

As comunicações que se mostraram mais proveitosas e que geraram mais confiança entre a pesquisadora e o movimento, foram aquelas em que o jovem que organizava as redes sociais do movimento se sentia à vontade para se comunicar via *WhatsApp*. Neste, a comunicação mais informal e por meio de áudio gerou uma relação de confiança que oportunizou a recomendação de mais membros desses movimentos para participar dessa pesquisa.

No fim, foram abordados 18 movimentos de juventude e estudantis, porém somente 4 se disponibilizaram a fazer parte deste trabalho, sendo eles: Levante Popular da Juventude, União da Juventude Livre, Movimento Estudantil Correnteza e Movimento de Juventude da Frente Integralista Brasileira. Somando os jovens destes 4 movimentos, participaram desta pesquisa o total de 15 jovens.

### 3.2 O questionário

Como forma de coleta de dados, optou-se pela formulação de um questionário semiestruturado que possuía 8 perguntas principais. Estas abordaram algumas temáticas-chaves para a discussão acerca do incentivo para o comportamento participativo dos jovens, incluindo

elementos relacionados às influências de instituições como a família e a escola para a aquisição desse comportamento participativo.

Objetivando o fácil entendimento das perguntas da entrevista, bem como resguardar-se de ocorrências de ambiguidades e falta de entendimento dos respondentes em relação a alguma pergunta, realizou-se um pré-teste com 10 pessoas que possuíam ideologias políticas diferentes. Assim, seguiu-se a recomendação de Gil (2008, p.134), que estabeleceu que um pré-teste deveria ser realizado com 10 a 20 pessoas antes da distribuição do questionário oficial.

A partir deste pré-teste foi possível perceber a necessidade de ter um cuidado maior com as perguntas a serem feitas, de forma a não desincentivar os jovens a participar. Os respondentes do pré-teste alertaram para a necessidade de não perguntar questões socioeconômicas dos entrevistados, já que isso poderia gerar desconfiança em alguns movimentos. Desconfiança essa que teria como foco a perspectiva de discutir classes sociais de forma tendenciosa no trabalho. Com isso, não houve a busca de traçar os perfis socioeconômicos dos entrevistados.

Após o planejamento e organização das perguntas do questionário, ele foi enviado para os jovens de forma online por meio de *WhatsApp*, já que as medidas de distanciamento necessárias para resguardar a população da COVID-19 inviabilizavam uma entrevista presencial. O *WhatsApp* foi escolhido como ferramenta de auxílio pelo seu fácil acesso e utilização por qualquer pessoa, evitando a exclusão de jovens que quisessem participar da pesquisa.

Além disso, a escolha do *WhatsApp* como ferramenta se mostrou sinérgica com a aplicação de questionários semiestruturados, já que possibilitou que a pesquisadora realizasse perguntas posteriores de forma a aprofundar algum elemento de interesse que o usuário tenha abordado em suas respostas. E como foi dada a opção de responder via áudio, oportunizou-se uma alternativa fácil e rápida para os jovens responderem perguntas não planejadas.

### **3.3 A análise de dados**

Após coletados os dados, escolheu-se a análise de conteúdo como técnica para a análise de dados. De acordo com Bardin (2011), a análise de conteúdo é caracterizada pela realização de três etapas, sendo elas: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Desse modo, em um primeiro momento realizou-se a transcrição das entrevistas e a consequente organização dos elementos presentes nelas em subtemáticas que estão relacionadas a motivação dos jovens em participar.



Nesse processo, para uma análise facilitada das respostas dadas pelos jovens, utilizou-se de planilhas Excel para organizar as respostas de cada um em categorias. Nesse método, criaram-se categorias como “escola”, “universidade” e “família” e houve a observação do principal elemento da fala do jovem relacionada a cada uma dessas categorias. Assim, esse elemento era colocado na tabela por meio de palavras chave, sendo que jovens que tivessem palavras chaves iguais para determinado assunto tinham as células do Excel pintadas da mesma cor, o que facilitava a percepção de semelhanças e diferenças de pensamento.

	A	C
1	Jovens	Incentivo do Ambiente Universitário
2	LPJ1	Incentivou, ajudou na tomada de consciência
3	LPJ2	Incentivou de forma negativa / movimento incentivou de forma positiva
4	LPJ3	Incentivada pelo movimento
5	LPJ4	Desenvolver habilidades para o mercado de trabalho
6	LPJ5	Cursos de Humanas incentivam, mas a universidade com um todo não
7	MEC1	Incentivado pelo movimento
8	MEC2	Incentivado pelo movimento
9	UJL1	Incentivou de um jeito ruim
10	UJL2	Incentiva pelas vias institucionais
11	UJL3	Incentivado pelo movimento
12	MIJ1	Não opinou
13	MIJ2	Não opinou
14	MIJ3	Não opinou
15	MIJ4	Não há o incentivo pelo que falam do movimento
16	MIJ5	Não opinou

Fonte: Elaboração da autora.

Depois desses processos, ocorreu a análise das falas dos estudantes a partir das assimilações feitas com os dados da planilha. Com isso, realizou-se a redação das informações, agrupando as constatações feitas em subseções e escrevendo as percepções dos estudantes de cada temática nelas. As subseções desenvolvidas foram: primeiro contato com os movimentos, ambiente escolar, ambiente universitário e ambiente familiar.

Nesse estudo buscou-se resguardar a identidade dos jovens que participaram desta pesquisa, o presente documento se prestará a se referir a eles como:

- Jovens do Levante Popular da Juventude: LPJ1, LPJ2, LPJ3, LPJ4 e LPJ5;
- Jovens do Movimento de Juventude da Frente Integralista Brasileira: MIJ1, MIJ2, MIJ3, MIJ4 e MIJ5;
- Jovens do Movimento Estudantil Correnteza: MEC1 e MEC2; e
- Jovens da União da Juventude Livre: UJL1, UJL2 e UJL3.

## **4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Nas próximas subseções serão analisados os dados obtidos por meio da comunicação com jovens pertencentes a movimentos de juventude e estudantis que foram abordados pela autora deste trabalho. Assim, cada tópico de relevância para essa análise, como a família, a universidade e a escola serão abordados e analisados em subseções diferentes, como pode ser observado a seguir.

### **4.1 Os movimentos estudantis e de juventude**

Ao longo da história do Brasil e do mundo, vários foram os motivos que levaram os jovens a se organizarem. Eles defenderam a abolição da escravatura e a Proclamação da República no período colonial (POERNER, 2004, p. 61), reivindicaram a convocação de eleições para uma Assembleia Constituinte durante a Revolução Constitucionalista de 1932 (MENDES JÚNIOR, 1982, p. 31), se opuseram ao regime militar que iniciou em 1964 (BENEVIDES, 2006, p. 73), entre várias outras reivindicações.

Atualmente, as reivindicações dos jovens se diversificaram e passaram a englobar vários elementos dos novos movimentos sociais, ocasionando inclusive o aumento das pautas discutidas por eles. Isso poderá ser percebido por meio da visualização da diversidade de elementos que os jovens pertencentes aos quatro movimentos de juventude e estudantis abordados na análise deste trabalho defendem. As causas defendidas podem ser condizentes com reivindicações relacionadas com as ideologias de direita, bem como podem fazer alusão a elementos pertencentes as ideologias de esquerda.

Segundo Bobbio (1997), a forma como essas ideologias são definidas se diversifica a depender da conjuntura de cada período histórico. Apesar disso, o autor afirma que a esquerda tem a igualdade como uma de suas prioridades, enquanto que a direita prioriza a liberdade. Complementando essa definição, Scheffer (2018) observa que a esquerda se relaciona com temáticas como “ambientalismo, multiculturalismo, participação e feminismo”, enquanto que a direita se relaciona com atuações “pró mercado e conservadora quando estão em jogo temas morais”.

## **4.2 Caracterizando os jovens e os movimentos de juventude e estudantis da pesquisa**

Esta subseção se preocupará em ilustrar quais as principais características dos jovens respondentes, bem como a forma como eles descrevem seus movimentos e as causas pelas quais ambos lutam. No fim, os movimentos serão situados nas categorias de direita e esquerda de forma a ilustrar que o presente trabalho se preocupou em se comunicar com jovens de diferentes ideologias.

### **4.2.1 Os jovens dos movimentos**

Os jovens dos movimentos entrevistados se caracterizaram por possuir idade entre 15 e 25 anos, sendo que 10 deles são homens e 5 deles são mulheres. Dentre eles, 5 pertencem ao Levante Popular da Juventude, 2 são do Movimento Estudantil Correnteza, 3 da União da Juventude Livre e 5 do Movimento de Juventude da Frente Integralista Brasileira.

As localidades que cada jovem atua e vive são diferentes, havendo respondentes de Minas Gerais, Brasília, Rio Grande do Sul, Pernambuco, entre outras. Isso se explica mediante a percepção de que os movimentos de juventude e estudantis atualmente se utilizam de redes sociais e atuam em redes, permitindo que jovens que compartilham de crenças parecidas e vivam em lugares diferentes possam atuar sob a bandeira de um mesmo movimento. Dessa forma, observa-se que os movimentos compostos pela juventude atual não possuem limites territoriais ou geográficos.

Todos os jovens entrevistados possuem um perfil de pessoa participativa, não se engajando somente em movimentos sociais, mas por vezes acompanhando e participando de outros canais de participação social, como os conselhos de juventude e as audiências públicas. Além disso, 8 entre os 15 jovens participam ou já participaram de mais de um movimento de juventude ou estudantil.

### **4.2.2 Os movimentos**

As subseções 4.2.2.1, 4.2.2.2, 4.2.2.3 e 4.2.2.4 tratarão respectivamente do Levante Popular da Juventude, Movimento Estudantil Correnteza, União da Juventude Livre e Movimento de Juventude da Frente Integralista Brasileira e permitirão a visualização das causas pelas quais os jovens de cada movimento social defendem. Para isso, utilizou-se a técnica de “nuvens de palavras” para analisar os conteúdos das falas dos jovens de movimentos que

tiveram ao menos 5 respondentes, já que isso facilita a percepção das semelhanças de suas falas. Como o Levante Popular da Juventude e o Movimento de Juventude da Frente Integralista Brasileira tiveram 5 respondentes cada, a aplicação da técnica auxiliou na caracterização dos movimentos. Porém, como a União da Juventude Livre e o Movimento Estudantil Correnteza tiveram respectivamente 3 e 2 respondentes, a utilização da técnica não se tornou necessária.

#### **4.2.2.1 Levante Popular da Juventude**

De maneira geral, os jovens pertencentes ao Levante Popular da Juventude defendem a implementação de um projeto popular para o Brasil. Os informantes desta pesquisa LPJ1 e LPJ2 ressaltam a importância desse projeto ser construído pelo próprio povo. A garantia dos direitos e as causas sociais são dois outros tópicos de luta do movimento que foram bastante abordados nas respostas dos jovens. Estes identificam que temas como o respeito aos direitos das mulheres, negros, população LGBTQIA+ e filhos da classe trabalhadora são grandes motivadores da participação.

Sou militante do movimento social Levante Popular da Juventude que organiza a juventude seja no campo ou na cidade, defendendo a construção de um projeto popular onde mulheres, negras e negros, a população LGBTQIA+ e todos os outros filhas e filhos da classe trabalhadora tenham seus direitos garantidos e força para lutar por eles. Assim, com o seu tripé de organização, formação e luta seguem articulados com as outras frentes do seu campo político pelo poder do povo. (LPJ1)

Os jovens do Levante Popular da Juventude também lutam pela educação e saúde gratuita e de qualidade, pensando ser necessário que as famílias de trabalhadores tenham acesso a esses direitos. Os termos e palavras mais abordados por eles ao tratarem das principais causas que defendem estão na nuvem de palavras abaixo, sendo que com sua observação é possível constatar que os jovens desse movimento possuem uma grande preocupação com as causas sociais e com os grupos que sofrem com machismo, racismo e homofobia.



Defendo a liberdade por inteiro, a liberdade por ela mesma e de cada pessoa ser o seu juiz e defender o que bem acredita, amar quem bem ama, usar o que quer usar e por aí vai. É a liberdade irrestrita. Não é anarcocapitalista, pelo amor de Deus, mas é a liberdade irrestrita, liberdade com responsabilidade. (UJL1)

Dentro do ambiente universitário, também há a defesa da liberdade de expressão e do direito de todos os estudantes se sentirem representados, já que há a percepção de que esse espaço é dominado pelas ideias da esquerda universitária. Desta forma, os jovens da União da Juventude Livre pensam ser importante a instituição de um movimento estudantil de direita na universidade, de forma que as decisões que afetam os estudantes não sejam consequências de debates realizados somente pela esquerda, principalmente considerando que a comunicação com a esquerda universitária é considerada difícil para eles:

A gente defende principalmente liberdade de expressão dentro da universidade, [...] aquela liberdade de expressão de quem ousa discordar da esquerda, que a gente sabe que dentro das universidades isso é um pouco difícil. A gente acha que não deve ter hegemonia da esquerda, do jeito que é hoje, sem nenhum espaço para diálogo. [...] mas e o estudante médio [...] Esse estudante tem representação? A gente acredita que não, por isso que a gente está comprando essa briga. (UJL2)

#### **4.2.2.4 Movimento de Juventude da Frente Integralista Brasileira**

Os jovens que pertencem ao Movimento de Juventude da Frente Integralista Brasileira defendem a implantação do integralismo brasileiro no país, que possui como lema a tríade: Deus, pátria e família, lema que MJ11 acredita ser utilizado por muitos políticos de forma errada. Dentro da ideologia do integralismo, os jovens também lutam pela execução de uma democracia orgânica, pelo espiritualismo e pelos princípios cristãos – mesmo que nem todos os membros do movimento sejam cristãos (como é o caso de MIJ2).

A juventude da Frente Integralista Brasileira também defende o nacionalismo, com os jovens afirmando que toda a cultura e história do Brasil devem ser valorizadas:

Nós somos nacionalistas. Não pode confundir esse nacionalismo nosso com o chauvinismo, com o nacionalismo fascista, que confunde Estado com nação. [...] Nosso nacionalismo é simplesmente a ideia de que temos uma consciência histórica do Brasil. [...] Nós temos essa consciência do Brasil formado por vários e vários fatores, que não são fatores que excluem outros povos. [...] Nós acreditamos na união de todos os brasileiros, independente de sua etnia, até de sua religião mesmo. (MJ11)

Somos um país com tradição, com história, somos um país belíssimo. Precisamos nos tornar soberanos. [...] Temos uma beleza cultural! Por que não presamos por isso? É rico, é riqueza, é tradição, é folclore, é

história. Eu respeito muito isso! Então o brasileiro tem que viver mais como brasileiro e lutar mais como um brasileiro. (MJI4)

Abaixo é possível visualizar as principais causas participativas e elementos que fazem parte da ideologia dos jovens desse movimento que foram citados em suas respostas do questionário:



Fonte: Elaboração da autora.

#### 4.2.2.5 Situando as lutas dos movimentos na concepção “direita e esquerda”

A partir da caracterização dos movimentos que foi feita e segundo as definições de Bobbio (1997) e Scheffer (2018), é possível depreender que este estudo possui representatividade de movimentos das duas ideologias (direita e esquerda) explicitadas pelos autores. O Levante Popular da Juventude e o Movimento Estudantil Correnteza se encaixam na categoria de esquerda, enquanto que a União da Juventude Livre é ideologicamente de direita. O Movimento de Juventude da Frente Integralista Brasileira, que foi um dos entrevistados para esse trabalho, possui um posicionamento ideológico complexo, havendo discordâncias em relação à forma como classificá-lo. Esse movimento é caracterizado como “de extrema direita” por estudos como o de Andrade (2013), porém não é visto da mesma forma por seus próprios membros. O jovem MIJ1 abordou sua ideologia do como: “uma oposição à falsa dicotomia esquerda x direita”, com o Movimento Integralista não se encaixando em nenhuma das duas definições.

Apesar deste trabalho não se propor a discutir ideologias políticas, situar os movimentos entrevistados nas duas categorias políticas dominantes se torna importante para ilustrar que há jovens engajados em ações e posicionamentos que sejam condizentes com cada uma delas. Também é possível a percepção de que há particularidades de lutas em cada movimento, mesmo que eles estejam inclusos em uma mesma categoria ideológica.

Isso pode ser percebido ao analisar as causas de luta dos movimentos de esquerda que foram descritos nesse trabalho. Embora tanto o Levante Popular de Juventude, quanto o Movimento Estudantil Correnteza defendam causas sociais e serviços públicos gratuitos e de qualidade para a população, eles possuem suas particularidades. Enquanto o primeiro se preocupa em construir um projeto popular para o Brasil, o segundo possui como foco de atuação a implementação de um sistema socialista no Brasil.

O mesmo pode ser observado nos movimentos deste trabalho caracterizados como de direita pela literatura. Mesmo que a União da Juventude Livre e o Movimento de Juventude da Frente Integralista Brasileira estejam enquadrados em uma mesma categoria ideológica, a primeira possui a liberdade e o fortalecimento de um movimento de direita estudantil como principais lutas, enquanto que o segundo prioriza a tríade Deus, pátria e família.

### **4.3 Os primeiros contatos com os movimentos sociais**

Segundo Borges e Barros (2015) o sistema educacional atual busca cada vez mais o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes, de forma que eles consigam compreender os acontecimentos do mundo à sua volta. Para os autores, o desenvolvimento intelectual de jovens por meio da utilização da leitura oportuniza que eles amadureçam como indivíduos e como cidadãos.

Para os jovens respondentes que participam de movimentos sociais, o pensamento crítico e a percepção das injustiças que ocorriam nos ambientes que frequentavam foram determinantes para o desenvolvimento de um comportamento participativo. Muitas vezes, esse senso crítico se desenvolvia em uma idade muito precoce, com muitos jovens afirmando que sempre tiveram características questionadoras em suas personalidades.

Foi nesse momento que as desigualdades se tornaram cada vez mais latentes e eu senti a necessidade de ter uma rede de apoio e ao mesmo tempo lutar para que outros estudantes, filhos e filhas da classe trabalhadora, pudessem ter maior acesso e permanência ao ensino superior. (LPJ1)

Desde sempre eu fui uma pessoa que, acho que, não se conformava com as desigualdades, as injustiças e aí no ensino médio eu comecei a me engajar mais, a entender mais de feminismo, lutas sociais [...]. (LPJ3)



Desde quando lembro da minha adolescência, eu sempre me interessei por fazer alguma coisa que ajudasse a melhorar o mundo. No início, sempre fui ligada às questões ambientais. (LPJ4)

Desde novo eu sempre me interessei por questões políticas. Com o passar do tempo e aprofundamento dos meus conhecimentos, passei a saber de cada vez mais movimentos de diversos tipos. (MEC2)

Sempre fui uma pessoa interessada em política, conversava sobre política quando criança e quando fui para a Unicamp passei a conhecer mais sobre movimento estudantil. (UJL3)

Apesar disso, mesmo com a obtenção de senso crítico e comportamento questionador, a maioria dos jovens entrevistados tiveram seu primeiro contato com movimentos sociais somente no ambiente universitário, momento no qual tiveram maiores oportunidades de conhecê-los de perto. A divulgação que os membros dos movimentos faziam no início de cada período para os calouros das universidades se mostrou importante para que jovens interessados tivessem seu primeiro contato com movimentos de juventude e estudantis:

E aí foi nesse período que eu comecei a participar, por que no primeiro dia, quando a gente é calouro, a gente recebe um monte de panfletos e aí eu fui separando todos esses panfletos pra eu ler quando eu chegasse em casa e encontrar um que fosse dessas coisas, sabe? De movimento estudantil, alguma coisa assim. (MEC1)

Além dessa divulgação inicial feita para os calouros, outras atividades e projetos dos movimentos também foram importantes para motivar jovens a ingressar em um movimento social, como ocorreu nesse relato:

Durante meu ensino médio eu fui muito apolítica, muito mesmo. Eu fugia o máximo possível de tudo relacionado a política, movimentos e tudo o mais. Até o 3º ano do ensino médio, que foi quando eu conheci o Levante. Eu conheci o Levante através de um cursinho popular pra ENEM que estava tendo na minha escola. Eu fiz o cursinho e fui conhecendo um pouco mais sobre o movimento e fui me interessando. E aí eu entrei na universidade e foi onde eu pude conhecer um pouco mais a fundo sobre o Levante. (LPJ2)

Outro fator que fez com que os jovens se engajassem e buscassem participar de movimentos estudantis e de juventude foi o contexto político agitado pelo qual o Brasil passava nos anos 2017, 2018 e 2019, devido às eleições de 2018. Embora os jovens respondentes tenham perspectivas diferentes do projeto político ideal para o Brasil, acabou sendo de consenso entre suas respostas de que esse período necessitava de mudanças:

[...] eu entrei em 2018 e aí o país estava naquele caos, de certo modo. De certo modo não, né? Estava um caos, mas estava um caos menor do que agora. E aí, tipo, eu pensei “poxa, precisa de mudança”. Então eu tinha comigo que precisava de uma mudança, mas não sabia qual mudança. E eu queria fazer parte desse processo de construção da mudança. (MEC1)

Primeiramente, em relação a como e quando comecei a me interessar por movimentos sociais, foi exatamente em 2018 - para as eleições de 2018 -

momento em que o país se encontrava em um cenário muito conturbado, em que na situação se via uma necessidade de todos participarem daquela vida política naquele exato momento. (MIJ5)

A partir dessas afirmações é possível perceber que não somente o senso crítico propicia um comportamento participativo por parte dos jovens, mas também que certos contextos políticos e históricos de um país possuem a capacidade de mobilizar pessoas. E foi isso que aconteceu no período de 2017-2019, momento que, segundo UJL1, a direita universitária também começou a se organizar e mobilizar.

Na opinião de UJL1, essa direita universitária do período ainda era muito confusa e inicial. Buscando ter um engajamento maior no meio político, o jovem buscou movimentos de juventude liberais que o fizesse se sentir representado, encontrando e ingressando em um primeiro momento no Students for Liberty. Em um momento posterior, quando estava no Students for Liberty, UJL1 buscou criar um movimento que objetivasse que outros jovens também pudessem se sentir representados e terem seus primeiros contatos com os movimentos de juventude liberais.

[...] de dentro do SFL apareceu a oportunidade de fundar a UJL, que hoje é um movimento que eu sou o fundador, sou diretor. A UJL na Juventude Livre é um movimento estudantil voltado para liberais dentro da academia, é um movimento que chega para reinventar o jeito de fazer militância liberal no Brasil. [...] Então a UJL chega com um movimento feito por jovens, para jovens, mastigando a política e tornando o ambiente político, sobretudo o liberal, interessante. (UJL1)

Enquanto a maioria dos jovens pertencentes aos movimentos de direita e esquerda deste estudo tiveram seus primeiros contatos com os movimentos sociais no ambiente universitário, os jovens integralistas se caracterizaram por um contato mais antecipado com eles. Para alguns, esse primeiro contato se deu aos 13 e 14 anos, para outros com 15 e 16 anos, momento no qual os jovens estavam cursando o ensino fundamental ou o ensino médio.

Os primeiros contatos com movimentos por esses jovens se deram, segundo eles, devido à fatores como a conversão consciente ao catolicismo pelo MIJ1 e à educação patriota cristã do MIJ4, elementos que os deixaram conscientes para a necessidade de mudanças dos contextos nos quais viviam. Com isso, observa-se os valores cristãos e familiares advindos da criação desses jovens influenciam o contato antecipado deles com os movimentos.

Para os jovens integralistas a discussão de certas obras literárias com jovens da mesma idade também os fizeram se adentrar mais no Movimento de Juventude da Frente Integralista Brasileira, sendo perceptível que a maioria deles entrou em contato com ideologias de outros movimentos e tiveram uma certa carga horária de estudo antes de decidirem definitivamente pelo movimento.

Comecei a me interessar em meados de 2018, mas na época eu não era integralista, estava descobrindo o nacionalismo. O integralismo, que é a doutrina que sigo atualmente, me interessei em participar no fim de 2019. Em 2018 eu conheci um amigo nacionalista e comecei a estudar sobre. Ao longo de 2019 fui fazendo amigos de várias ideologias nacionalistas, sendo que um dos meus melhores amigos eram integralistas. Eu e esse amigo que conheci em 2018 começamos a estudar mais sobre a doutrina e acabamos entrando para o movimento. (MIJ2)

Eu no início me aproximei de um socialismo progressista, depois, de um liberalismo libertário, daí é que me aproximei do Conservadorismo. Só que até então eu lia pouco, todo esse processo foi num curto período de tempo, passei uns 3 anos matutando - como dizemos aqui - entre posições políticas. Daí, foi lendo Chesterton que me desiludi do Conservadorismo e foi lendo Mons. Emílio Silva de Castro que me identifiquei com o Tradicionalismo [...]. Mas muitas das minhas posições eu descobri primeiro no Tradicionalismo e só fiz as reafirmar no Integralismo [...]. No Integralismo, eu delineei meu pensamento e o aprofundei. Daí veio a defesa de uma Democracia Orgânica, do Corporativismo, do Nacionalismo, e, trazendo para a realidade nacional, da Antropologia Brasileira. (MIJ1)

#### **4.4 O papel do ambiente escolar no comportamento participativo dos jovens**

Ao tratarem da influência do ambiente escolar para o incentivo do comportamento protagonista e participativo, os jovens forneceram informações que permitiram observar que, na maioria das vezes, os agentes educacionais e os professores não contribuem diretamente para a participação social dos jovens de nenhuma das ideologias. Nos questionários respondidos, somente dois jovens falam sobre um incentivo direto de professores para o comportamento participativo:

Na escola, mais pelo terceiro ano assim, eu tive um professor de inglês... que engraçado né, de inglês ainda. Tipo, parece que não tem nada a ver com essas coisas de participação, ele incentivava bastante assim a participação, por que ele promovia debates. [...] esses debates eram discutindo sobre o aquecimento global, sobre hidrelétrica, sobre essas coisas, sabe? Então, isso foi o primeiro contato, nessa tomada de consciência, sabe, dos problemas que existia. (MEC1)

[...] eram professores que realmente eram engajados em causas sociais e incentivavam os alunos, mas o ambiente escolar em si não teve isso. (MIJ5)

O ambiente escolar é caracterizado por alguns jovens como um ambiente que não incentiva a participação, pelo contrário, já que induz o aluno a se preocupar mais com questões relacionadas a aprovações e notas, do que torná-lo um indivíduo protagonista de mudança. Assim, temas e assuntos que poderiam ser abordados no ambiente escolar para torná-lo um aluno mais interessado e engajado são colocados em segundo plano.

O ambiente escolar e universitário muitas vezes pode ser um fator contra essa atuação mais participativa. São altas cargas de estudos e provas, que pesam muito a rotina, além da postura de alguns professores que colocam que o dever do estudante é somente estudar. (MEC2)

É sempre uma coisa “estudar pra passar”, né? É sempre isso, sempre nesse sentido! É sempre o aluno se deparando com um assunto que ele não sente interesse nenhum. [...] eles são muitas vezes obrigados a terem de dar atenção a algo, alguma matéria, que eles não suportam. [...] Sempre foi assim! (MIJ1)

Embora tenha se observado que o ambiente escolar não se preocupa em incentivar diretamente a participação desses jovens, percebeu-se uma capacidade de incentivo inconsciente e não proposital, sendo descrito pelos jovens como “forma negativa de incentivo”. Para eles, a visualização de problemas no ambiente educacional e a percepção de como esses problemas se refletem em outros meios são incentivos para o protagonismo e ação juvenis, porém são incentivos negativos.

E aí você começa a enxergar muita contradição, e essas contradições vão te fazendo pensar e à medida que você vai pensando, você vai refletindo sobre isso, com certeza isso te incentiva a ser protagonista, a buscar mudanças e a buscar que aquele lugar se torne um lugar melhor, um lugar mais acolhedor, um lugar mais acessível. (LPJ2)

Para falar a verdade o ambiente escolar me influenciou de forma negativa a participar, não de forma positiva. Foi nesse ambiente que vi que o Brasil precisava mesmo de uma mudança. (MIJ2)

[...] pude enxergar as diferentes realidades de diversos colegas que até então eram desconhecidas por mim, e vi o quanto o Brasil necessita urgente de um "chacoalhão" para voltar aos trilhos. (MIJ3)

Embora a maioria dos jovens não tenha considerado o ambiente escolar como um dos principais contribuintes de seu comportamento participativo, LPJ1 percebe pontos positivos nesse ambiente. Para ela, é no ambiente escolar que cada jovem forma seus próprios pensamentos, saindo da influência dominante que o ambiente familiar tinha sobre ela. Assim, por meio da convivência com diferentes indivíduos dentro da sala de aula, o ambiente escolar conduz de forma espontânea o jovem ao comportamento protagonista.

[...] a ida a escola faz que essa bolha seja furada e tenhamos as nossas próprias indagações sobre o mundo e surge a vontade de respondermos a famigerada questão de quem somos nós, para além do que nos dizem. Assim, através do incentivo a criatividade, do contato com a diversidade, com a literatura, com o diferente, o ambiente escolar nos conduz ao papel de protagonistas para operar mudanças na nossa realidade e na realidade social. (LPJ1)

Dessa forma, o ambiente escolar, devido ao seu caráter socializador, também pode se tornar um ator que incentiva o comportamento participativo e protagonista dos jovens. Para estes, as escolas devem realizar ações mais concretas para tal fim, sugerindo que haja a implementação de ações que valorizem as entidades estudantis, como por exemplo a promoção

da criação de grêmios. Esta medida tornará o estudante um protagonista no ambiente escolar, o que contribuirá para a obtenção de um comportamento mais atuante no futuro.

[...] deve-se apresentar aos estudantes desde o ensino médio as possibilidades de criação de grêmios, entidades secundaristas, a importância de participar de centros acadêmicos, diretórios acadêmicos e diretórios centrais, entidades estudantis e as possibilidades de se organizar em movimentos. (LPJ4)

Os primeiros passos para garantir que o ambiente escolar seja capaz de formar estudantes protagonistas são a proteção dos Grêmios e entidades estudantis. (MEC2)

Outra ação que os jovens apontaram como necessária e possível do ambiente escolar realizar para promover o início de um comportamento participativo é a abordagem mais estimulante de temas culturais, históricos e da literatura brasileira. Para eles, estas temáticas podem estimular os jovens a lutarem por mudanças e a se verem como um ator social que é capaz de propiciá-las.

Por que eu faço história, ela tem um grande papel nisso, mas é um grande papel que não tem sido cumprido assim, pelos professores e professoras, por que sempre conta a história de um modo que não teve participação popular [...]. Então eu acho que primeiro mudando esse foco na história, sabe, de ao invés de analisar os acontecimentos, analisar os processos deles, ao invés de analisar “ah, o que que colocou o fim na abolição da escravidão? Foi a Lei Áurea”, tipo, a lei determinou esse fim legalmente, só que foi um processo essa construção da abolição, não foi um dia só e tudo se resolveu. Então analisar os processos e as ações dos indivíduos nesses processos, sabe, é estudar um pouco mais sobre a história do povo, do que que o povo fez para a sociedade chegasse onde ela está hoje [...]. (MEC1)

Assim como também Jorge Amado, Machado de Assis, Miguel Reale, Plínio Salgado, José de Alencar mostrando que literatura é uma grande parte da cultura brasileira. Assim como poetas e músicos tem seu grande papel em todo o enriquecimento da cultura brasileira, assim como a arte é feita e cativada com a alma, pois o aluno deve sim ser incentivado para mudança em busca da melhora cultural e social a partir da época em que estamos. (MIJ4)

#### **4.5 O papel do ambiente universitário no comportamento participativo dos jovens**

Ao analisar as opiniões dos jovens dos movimentos em relação ao papel do ambiente universitário para seu comportamento participativo, percebeu-se que, da mesma forma que ocorre no ambiente escolar, os agentes educacionais desse campo específico também não incentivam muito a participação. De mesma forma que a escola foi entendida como um ambiente que induz o aluno a se preocupar somente com notas, foi compreendido que o ambiente universitário faz com que o estudante se preocupe somente em adquirir habilidades para o mercado de trabalho.

Para LPJ5, existem algumas exceções nas universidades, que são representadas pelos cursos da área de humanas. Segundo a jovem, eles se preocupam em fazer o aluno discutir e pensar mais sobre a realidade social na qual ele está inserido. Apesar disso, a universidade como um todo não atua para que ações participativas sejam incentivadas.

Acredito que nos cursos de Humanas existem esforços. Pelo menos no curso de Letras as discussões propostas nos levam a pensar nas questões sociais [...]. Mas a Universidade em geral acho que não incentiva os alunos a se posicionarem criticamente em relação as contradições sociais do país. (LPJ5)

Apesar do pouco incentivo à participação fornecido pelas universidades e seus agentes, muitos jovens são influenciados neste campo a se engajarem mais. Os principais agentes que motivam o protagonismo e a participação da juventude dentro do ambiente universitário são os próprios movimentos de juventude e estudantis. Por meio da comunicação com jovens interessados e de ações que trazem resultados para a comunidade acadêmica, a juventude é inspirada a causar impacto social e oportunizar mudanças na sociedade.

[...] conheci o Levante e a partir disso fui completamente incentivada a participar, a entender das questões, a estar ali, a pautar as coisas, a disputar todas as contradições que existem dentro do ambiente da universidade, tentar fazer com que fosse um ambiente melhor, também. (LPJ3)

No ambiente universitário foi o momento que eu conheci o Movimento Correnteza, né? Aí conhecendo o Correnteza, eu conheci as pessoas que participavam do movimento e aí eram pessoas que participavam muitas das coisas, percebiam muito essa necessidade de transformação, de construção de uma nova sociedade e tal. Então foi aí que eu, tipo, foi daí que veio uma grande influência assim, sabe, de participação de todas as coisas que eu participo hoje. (MEC1)

Apesar de sempre ter sido uma pessoa engajada em política, a greve de alunos na Unicamp me estimulou com amigos a participar mais da política estudantil visando bater de frente com alguns problemas que haviam no movimento estudantil da Unicamp [...]. (UJL3)

A forma como os jovens percebem o ambiente universitário também é um elemento que emerge o sentimento de necessidade de mobilização da juventude. Os jovens entrevistados se caracterizaram por apresentar duas visões bem diferentes da universidade. A primeira delas a caracteriza como um campo elitista e cheio de desigualdades, enquanto que a segunda visão percebe a universidade como um campo dominado pela esquerda, não conferindo representatividade a todos os estudantes. Os jovens que apresentam qualquer uma dessas percepções pensam que esses aspectos negativos do ambiente universitário são grandes motivadores para gerar a vontade de se mobilizar e gerar mudanças.

[...] eu tive um grande incentivo do ambiente universitário. Considerando que, foi nele que eu me conscientizei do motivo pelo qual as desigualdades existem, foi onde eu pude me redescobrir enquanto mulher negra e senti necessidade de somar à luta. (LPJ1)

O ambiente universitário é um ambiente, querendo ou não, muito tóxico e muito elitizado, então muitas vezes eu senti como se eu não fosse parte daquele ambiente [...]. A situação do ambiente universitário que me fez aproximar e buscar mais, estar mais próxima, participar mais dos movimentos sociais. (LPJ2)

E o ambiente escolar, universitário me incentivou a estar criando, a estar fazendo isso simplesmente por que eu via outras pessoas fazendo. E aí na minha cabeça se eu não fizesse, ninguém nunca ia fazer nunca. Então fundei um movimento liberal dentro da minha universidade. Afinal de contas me incentivou, mas me incentivou de um jeito ruim. (UJL1)

Um incentivo para a mobilização estudantil considerado bom por UJL2 são os meios institucionais de participação fornecidos pela universidade para os estudantes. Para a jovem, a existência de um regimento interno e o reconhecimento de entidades estudantis como os Centros Acadêmicos são muito importantes para dar força para os estudantes. A possibilidade de se utilizar de meios institucionais para participar é um dos grandes motivadores de que é possível proporcionar mudanças que beneficiem todos os alunos.

[...] a gente ter um professor claramente abusando da autoridade, adianta a gente sentar e reclamar? Não! A gente tem que ir pelas vias institucionais, a gente tem que ser do CA, a gente tem que ter uma cadeira no CA para expor isso para a direção. Se a direção não resolver, a gente tem que ter uma cadeira também na faculdade, né, na nossa unidade, para conseguir resolver as coisas. Por que senão não adianta, fica uma reclamação burra e sem sentido. Então a gente precisa muito usar as vias institucionais mesmo, para fazer mudança. A gente tem esse sistema, esse sistema garante que os alunos tem voz e é daí que a gente tem que partir mesmo, sabe? Eu não tive uma figura me inspirou a ir por esse caminho, mas acredito que depois que a gente tem um entendimento do funcionamento das coisas, a gente se sente um pouco mais motivado. (UJL2)

Após a visualização das percepções dos jovens acerca do ambiente universitário e escolar, é possível perceber que embora a juventude abordada no estudo pertença a localidades totalmente diferentes e tenham cursado o ensino médio e universitário em instituições diferentes, os ambientes possuem semelhanças, principalmente quanto ao incentivo fornecido ao comportamento engajado dos jovens. Também é possível a constatação de que os jovens podem ter uma mesma percepção sobre ambientes diferentes.

#### **4.6 Influência familiar e comportamento participativo**

A maioria dos jovens que participam de movimentos de juventude e estudantis que responderam às perguntas desta pesquisa não tiveram incentivo da família para se engajarem nesses movimentos. Os pais e familiares próximos dos entrevistados não são pessoas engajadas e participativas que comumente participam de algum canal de participação social. Assim, houve

jovens que apontaram que a família não teve influência na criação dos sujeitos participativos que tinham se tornado, o que gerou até a reflexão de onde veio esse tipo de comportamento.

Ninguém da minha família é participativo, o que gera muito estranhamento, na real, por que da onde veio isso, né? Acho que todo mundo fica se perguntando. E aí eles não foram muito importantes para esse processo não, na verdade eles tentam até mesmo barrar com medo, né? Eu acho que é um medo legítimo, que a gente vê diversas coisas acontecendo. (MEC1)

Mesmo que a família não seja muito engajada e participativa, isso não significa que o ambiente familiar não pode incentivar de forma positiva esse tipo de comportamento. A percepção das injustiças que ocorrem com as pessoas próximas e a situação da própria família em um contexto de desigualdade social e lutas diárias fazem com que certos jovens vejam os familiares como inspiração para mudar a realidade social.

Meu pai, minha mãe e minha irmã, sempre foram meus exemplos de luta, de luta diária e de força. Por isso, apesar de não fazerem parte de movimentos sociais, servem de inspiração para que eu seja engajada e participativa. (LPJ1)

Eu fui criada por muitas mulheres pretas, e por mais que elas não participassem de movimentos e não sejam organizadas, elas sempre me inspiraram e desde sempre me espelho nelas para seguir. (LPJ4)

A minha família é bem humilde e não muito escolarizada. Mas de certo modo, a condição social da minha família talvez tenha contribuído para o meu comportamento em relação as lutas sociais. (LPJ5)

O ambiente familiar também contribuiu com o comportamento participativo de alguns jovens ao auxiliar na construção de um senso crítico e questionador. A comunicação e o debate de temas políticos entre os familiares e conversas sobre valores familiares foram razões dadas para o surgimento de personalidades participativas.

Pessoal gosta, comenta e tal, mas não é nada que seja o cerne da discussão no domingo. Mas na família do meu pai não, todo domingo era briga e intriga. Na família do meu pai acontecia muito discussão, política, e tudo o mais. E a partir desse ambiente, ninguém tem mandato ou cargo, ninguém nunca disputou nada, mas a partir desse ambiente eu fui incentivado, querendo ou não, a discutir também, a debater, a discordar e eu acho que muito se deve a isso, meu interesse na política. (UJL1)

(...) foram importantes para a formação do meu pensamento atual (...). Mais pelos valores que me passaram sobre família mesmo. (MIJ2)

Meus familiares sempre foram muito católicos e anticomunistas, e desde cedo fui aprendendo que os valores não se limitavam ao aspecto unicamente religioso, sempre fui ensinado de que os valores cristãos não devem apenas ficar dentro da igreja, e sim em toda sociedade. (MIJ3)

Segundo os jovens, o comportamento de seus familiares que é mais próximo de ser participativo é a demonstração de apoio a candidatos em campanhas eleitorais municipais de



suas próprias localidades. O que não é visto como ponto positivo por MIJ1, que afirma que isso gera uma redução da própria noção da política, resumindo ela a simples atividades eleitorais.

A pessoa acha que política é aquilo ali, dois candidatos se digladiando pra ver quem vai roubar. E o povo sabe disso. Tem um ditado aqui, quando a pessoa vai votar... A pessoa vota, né? E sempre tem um cara para chegar ali e zoar (...) e aí pergunta: “você já foi ali perder sua honra?” (...). Por que pro pessoal, votar é perder a honra. O pessoal já sabe que não faz diferença eleger ninguém. (MIJ1)

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas por meio das falas dos jovens, esta pesquisa percebe que a percepção dos jovens sobre sua participação possui um fundamento individual. Sendo assim, a forma como ele percebe o mundo a sua volta e as experiências vivenciadas por eles em vários ambientes diferentes são elementos que contribuem para o comportamento participativo.

Sendo este um estudo de caso realizado com 15 jovens, não é possível definir um perfil de jovem participativo e aplicá-lo em todo o universo de jovens para eles se tornarem engajados. Apesar disso, é possível fazer algumas constatações acerca dos fatores que incentivam a juventude deste estudo a participar, constatações essas que podem se aplicar às individualidades de outros jovens de fora desses movimentos e colaborar para o incentivo de seus engajamentos.

Nesse contexto, a primeira constatação a ser feita é a de que o ambiente escolar e universitário possuem potencial para despertar um comportamento participativo no jovem, porém nem sempre isso acontece. Mesmo assim, muitas vezes, o enfoque desses ambientes acaba sendo direcionado para a formação do aluno para o mercado de trabalho, não havendo figuras educacionais para incentivar o comportamento participativo. Assim, percebe-se a necessidade das instituições educacionais realizarem ações que trabalhem o senso crítico dos alunos e os façam aplicar na realidade em que vivem, bem como os incentivarem a se organizar em grêmios e CAs para lutarem por seus direitos nos ambientes em que estudam.

Ao mesmo tempo que houve a percepção de que os professores não participam da construção de uma personalidade engajada do aluno, viu-se que esse papel tem sido cumprido pelos próprios jovens. A comunicação e os debates que ocorrem entre eles sobre perspectivas de ver o mundo e ações sociais promovidas pelos próprios movimentos de juventude e estudantis são fatores que inspiraram os jovens a querer fazer parte da mudança e defender seus próprios posicionamentos.

Em relação ao ambiente familiar, pode haver a afirmação de que o jovem não precisa presenciar a participação em casa ou ser incentivado pela família a participar para que ele tenha um comportamento engajado. Apesar disso, os valores familiares, a forma como ele percebe as injustiças que ocorrem com seus familiares em outros campos da vida social ou a promoção de debates sobre várias temáticas no ambiente familiar oportunizam que o jovem tenha um comportamento crítico e desejo de mudar a realidade na qual a família vive.

Em um contexto de pesquisas sobre movimentos de juventude e estudantis, este estudo faz contribuições por começar a discutir os fatores que influenciam o comportamento de jovens que participam de movimentos estudantis e de juventude. Porém, ele apresentou limitações

quanto a coleta de dados, já que não foi possível a entrevista de jovens que pertencem a um mesmo contexto local.

Esse contato com jovens de uma mesma localidade foi dificultado pelo contexto atual de pandemia, o que levou a necessidade de o contato ser via online. Porém, mesmo que o primeiro contato com o movimento tenha sido feito pela internet, a desconfiança gerada pelos constantes embates entre esquerda e direita que está ocorrendo em todo o país tornava os possíveis entrevistados cautelosos em relação a participar da pesquisa, estando com receio do movimento ser de alguma forma abordado de forma tendenciosa. Essa cautela fez com que de 18 movimentos consultados, somente 4 tenham aceitado participar.

Dessa forma, sugere-se um estudo futuro que tenha como objetos de estudo jovens de movimentos estudantis de uma mesma localidade, de forma a analisar como jovens de diferentes ideologias e movimentos percebem um mesmo ambiente acadêmico. Para isso, o contato presencial será um facilitador para o estabelecimento de uma relação de confiança em momentos de *fake news* e intolerância.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5, p. 25-36. 1997.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ALTMAN, D. **Direct democracy worldwide**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- ANDRADE, G. I. F. de. A trajetória da extrema direita no Brasil: integralismo, neonazismo e revisionismo histórico. In: Simpósio Internacional de Lutas Sociais na América Latina, 5., 2013, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina - Londrina, 2013, p. 72-86.
- ANTUNES, R. As rebeliões de junho de 2013. **Observatório Social de América Latina**, v. 14, n. 34, p. 37-48, 2013.
- ANTUNES, R; RIDENTI, M. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 78-89. 2007.
- AVRITZER, L. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, B. de. S. (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. cap. 11, p. 561-599.
- BALEEIRO, A. SOBRINHO, B. L. **Constituições Brasileiras V: 1946**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2012.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, M. P. de. A contracultura tropical e a resistência à Ditadura Militar. *Akrópolis*, v. 12, n. 1, p. 33-39. 2004.
- BENEVIDES, S. C. O. **Na contramão do poder: juventude e movimento estudantil**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- BOBBIO, N. **Igualdade e liberdade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.
- BONAVIDES, P. **Teoria constitucional da democracia participativa**. São Paulo: Malheiros, 2001.
- BORGES, I. A. B. G.; BARROS, A. L. de. E. C. de. Letramento literário: desenvolvimento do senso crítico do aluno. **Revista Philologus**, v. 21, n. 61. 2015.
- BORTOT, I. J.; GUIMARAENS, R. **Abaixo a repressão! Movimento estudantil e as liberdades democráticas**. 1. ed. Porto Alegre: Libretos, 2008.
- BOURDIEU, P. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

- BRANDÃO, L. C. **Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988: entre a política institucional e a participação popular.** 2011. 328 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- BRINGEL, B. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis no Brasil. **EccoS Revista Científica**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 97-121, jan./jun. 2009.
- CAMPOS, A, M; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M, M. *Escolas de Luta.* São Paulo: Editora Veneta, 2016.
- CAPELLARI, M. A. **O discurso da contracultura no Brasil: o *underground* através de Luiz Carlos Maciel (c. 1970).** 2007. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- CASTELANO, M. J. Lineamentos sobre a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e sua atuação junto aos movimentos sociais rurais durante a ditadura militar. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos.** Florianópolis: SNH, 2015.
- CONTIER, A. D. O movimento tropicalista e a revolução estética. **Cadernos de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura**, v. 3, n. 1, p. 135-159. 2003.
- COSTA, M. **A história do Brasil para quem tem pressa.** 1. ed. Rio de Janeiro: Valentina, 2016.
- D'ARAÚJO, M. C. **O estado Novo.** 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- DELLA PORTA, D. **Introdução à ciência política.** Lisboa: Editorial Estampa, 2003.
- DIAS, L. A. Política e Participação Juvenil: os “caras-pintadas” e o movimento pelo impeachment. **História Agora**, v. 4, 2008.
- DOLHNIKOFF, M. **História do Brasil império.** 1. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- DOWBOR, M; SZWAKO, J. Respeitável público...: performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. **Novos estudos CEBRAP**, n. 97, p. 43-55, 2013.
- DUARTE, A. J. Juventude, movimentos sociais e participação política no Brasil entre os anos de 2013 a 2015. **Educativa**, v. 19, n. 1, p. 884-901. 2016.
- DUARTE, P. C. **Os afro-descendentes e as políticas de inclusão no Brasil: a Marcha Zumbi dos Palmares e a Lei 10639/03.** Disponível em: [http://www.famper.com.br/arquivos/imagens/revistaeletronica/os-afro-descendentes-e-as-politicas-de-inclusao-no-brasil-a-marcha-zumbi-dos-palmares-e-a-lei-10639-03\\_1418917373.pdf](http://www.famper.com.br/arquivos/imagens/revistaeletronica/os-afro-descendentes-e-as-politicas-de-inclusao-no-brasil-a-marcha-zumbi-dos-palmares-e-a-lei-10639-03_1418917373.pdf) Acesso em: 20 mar. 2020.
- FALEIROS, V. de. P. Prefácio. In: RÊSES, E. da. S. (Org.) - **Universidade e Movimentos Sociais.** 2015. p. 13-16.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FAVARO, M. L. de. A. **A UNE em tempos de autoritarismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FERNANDES, S. Sociologia da juventude. **Contemporânea**, v. 9, n. 2, p. 339-350. 2019.

FERRAZ, A. T. R. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: crise econômica e crise política. **Serviço Social & Sociedade**, n. 135, p. 346-363, 2019.

FOCHI, M. A. B. Hip Hop Brasileiro: tribo urbana ou movimento social? **FACOM**, n. 17, p. 61-69. 2007

FONTES, P. Trabalhadores e associativismo urbano no governo Jânio Quadros em São Paulo (1953-1954). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 33, n. 66, p. 71-94, 2013.

GASPARDO, M. Democracia participativa e experimentalismo democrático em tempos sombrios. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 32, n. 92, p. 65-88, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas: 1999.

GOHN, M. da G. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOHN, M. da G. Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro v. 5, n. 14, p. 238-253, 2013.

GOMES, J. S. **Paixão em estado bruto: movimento hip-hop: palco e projeto de uma juventude**. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009

GOMES, E. G. M. Conselhos gestores de políticas públicas: aspectos teóricos sobre o potencial de controle social democrático e eficiente. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v.13, n. 4, p. 894-909, 2015.

GROPPO, L. A. **Introdução à sociologia da juventude**. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

GUIMARÃES, M. C. R. As novas formas de organização e articulação das classes dominantes: o MBL em questão. **Revista de Políticas Públicas da UFMA**, v. 22, p. 621-640, 2018.

GURZA LAVALLE, A., BARONE, L. Conselhos, Associações e Desigualdade. In: ARRETCHE, M. (Org.). **Trajetórias da desigualdade: O quanto Brasil mudou nos últimos 50 anos**. São Paulo: Unesp/CEM, 2015. cap. 1, p. 51-77.

HAAG, F. R. GUERELLUS, N. de. S. **História e historiografia do Brasil República**. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2019.

HERMANN, J. Religião e política no alvorecer da república: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, J. DELGADO, L. de. A. N. (Org.). **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente – de proclamação da república à revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. cap. 4, p. 121-161.

JULIETTE BEST, Nina et al. Internet e a participação cidadã nas experiências de orçamento participativo digital no Brasil. **Cadernos PPG-AU/UFBA**, Bahia, v. 9, n. 1, p. 105-124, 2010.

LEAL, S. J. M. **Acorda Hip-Hop!:** despertando um movimento em transformação. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007.

LEHER, R. O governo Lula e os conflitos sociais no Brasil. **OSAL**, v. 10, 2003.

LÉLIS, R. A regionalização do hip hop no Brasil sob a ótica da geografia: horizontalidades e verticalidades. **Revista Geográfica da América Central**, v. 2, p. 1-10. 2011.

LEMME, P. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 86, n. 212, p. 163-178. 2005.

LORENCENA, T. L. GONZATTI, R. M. A importância dos novos movimentos sociais para a consolidação democrática. In: I Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade, 1., 2018, Criciúma. **Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade**. Criciúma: UNESC, 2018, p. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/AnaisDirH/article/view/4634/4233>. Acesso em: 10 de outubro de 2019.

MARQUES, R. M.; MENDES, A. O governo Lula e a contra-reforma previdenciária. **São Paulo em perspectiva**, v. 18, n. 3, p. 3-15, 2004.

MARTINS, T. C. M. BERMEJO, P. H. de. S. Os fatores determinantes da participação na produção coletiva de ideias para solução de problemas públicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 3, p. 417-434, 2018.

MATHIESON, L. C. A formação do cidadão republicano e o projeto político-pedagógico da Liga Nacionalista de São Paulo. In: Simpósio Nacional de História, 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: ANPUH Brasil, 2013. p. 1-17.

MENDES JÚNIOR, A. **Movimento estudantil no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MESGRAVIS, L. **História do Brasil Colônia**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MESQUITA, M. R. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 66, p. 117-149. 2003.

MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.42, n.3, p. 552-579, 2008.

MULLER, A. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública** (1969-1979). 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NAPOLITANO, M. **1964: história do regime militar brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, M. **História do Brasil República: da queda da monarquia ao fim do Estado Novo**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

OLIVEIRA, S. C. Grupo Opinião: experiência estética e política dos musicais da década de 1960. In: Encontro Regional de História, 19., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH-SP, 2008. p. 1-8.

PAULA, L. S. de. **Movimento estudantil brasileiro contemporâneo: o resgate do legado histórico, os novos desafios e estratégias**. Orientador: Marcos Alberto Patronis. 2016. 150 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

PAIS, J. M. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003

PERUZZO, C. M. K. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. **Contemporânea**, Salvador v. 11, n. 1, p. 161-181, 2013.

PINSKY, J. A escravidão no Brasil. 21. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

POERNER, A. J. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros desde o Brasil-Colônia até o governo Lula**. 5. ed. Rio Janeiro: Booklink, 2004.

PORTO, M. Y. Uma revolta popular contra a vacina. **Ciência e Cultura**, v. 55, n. 1, p-53-54, 2003.

SANTOS, A. P. F. dos. et al. **Movimentos sociais e mobilização social**. 1. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

SCHEEFFER, F. Ideologia e comportamento parlamentar na Câmara dos Deputados. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 27, n. 2. 2018.

SCHERER-WARREN, I. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 7, n. 1, p. 9-21, 2007.

SILVA, E. R. A. A Constituição Cidadã e a Institucionalização dos Espaços de Participação Social: Avanços e Desafios. In: ANFIP. 20 anos da Constituição Cidadã: Avaliação e Desafios da Seguridade Social, 1., 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: ANFIP, 2008. p. 131-148.



SOARES, R. G. **História do Brasil II: o tempo das repúblicas**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

SOUZA SANTOS, J. de. **O movimento estudantil na “democratização”**: crise da Era Collor e neoliberalismo. (2018). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2018.

SPINA, P. R. Grupos políticos de direita e a participação nas eleições de 2018. **Agenda Política**, v. 8, n. 3, p. 287-312, 2020.

STANCKI, R. **Sociedade brasileira contemporânea**. 1. ed. Curitiba: IntersAberes, 2016.

TATAGIBA, L. Os protestos e a crise brasileira: um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). In: ALMEIDA, R. de.; TONIOL, R. (Org.) **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos**. Campinas: Editora Unicamp, p. 87-116, 2018.

TATAGIBA, L; GALVÃO, A. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, v. 25, n. 1, p. 63-96, 2019.

TOFFOLI, J. A. D. **30 anos da constituição brasileira: democracia, direitos fundamentais e instituições**. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

TRANCOSO, A. E. R.; OLIVEIRA, A. A. S. Aspectos do conceito de juventude nas Ciências Humanas e Sociais: análises de teses, dissertações e artigos produzidos de 2007 a 2011. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 11, n. 2, p. 278-293. 2016.

UNE – União Nacional dos Estudantes. Movimento estudantil? Presente! Universidades param contra PEC 241. 2016. Disponível em: <https://www.une.org.br/noticias/movimento-estudantil-presente-universidades-param-contrapec-241/>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2021.

VELHO, G. Mudança social, universidades e contracultura. In: ALMEIDA, M. I. M. de.; NAVES, S. C. **“Por que não?”**: rupturas e continuidades da contracultura. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007. p. 203-215.

VIANNA, H. **História do Brasil: período colonial monárquico e república**. 13. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

WEISHEIMER, N. et al. **Sociologia da juventude**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

## APÊNDICE A – Questionário aplicado aos estudantes

- 1- Conte um pouco sobre quando e como você começou a se interessar por participar de movimentos sociais.
- 2- De qual movimento você participa? Quais causas você defende?
- 3- Já participou de outros movimentos sociais antes? Se sim, quais?
- 4- O ambiente escolar ou universitário te incentivou de alguma forma a adquirir um comportamento mais participativo? Alguém desse ambiente te incentivou a participar de movimentos sociais?
- 5- Você considera que o ambiente escolar incentiva os alunos a se tornarem protagonistas de mudanças? Se sim, como? Se não, como você acha que isso poderia ser feito?
- 6- Seus familiares também são pessoas participativas? Eles foram atores importantes para a criação de seu comportamento engajado e participativo?
- 7- Você participa de algum outro canal de participação social (conselhos municipais, audiências públicas, entre outros)?
- 8- Você possui alguma outra coisa que queira comentar em relação a como adquiriu um comportamento participativo?